

O BRASIL NOS CONTEXTOS INTERNACIONAL E DOMÉSTICO: CRISES E RESILIÊNCIA DO NEOLIBERALISMO (2003-2015)

CARLOS PINHO*
RAFAEL MOURA†

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discorrer sobre a trajetória recente da economia política brasileira, problematizando tanto o vetor internacional quanto o doméstico, contribuintes para o presente esgarçamento de capacidades estatais e que obstam a formulação de uma estratégia coesa de desenvolvimento, pautada pelo crescimento com distribuição de renda. Uma premissa assumida neste artigo é a de que a manutenção de uma estratégia ou orientação social-democrata e desenvolvimentista, gozando de políticas distributivas vigorosas e inversões públicas em setores essenciais com perspectiva de longo prazo, fica severamente cerceada pelos marcos da ortodoxia neoclássica convencional, limitando a margem para o planejamento governamental. Tendo isto em vista, cinco questões serão abordadas: se o Brasil viria seguindo uma estratégia de desenvolvimento após o término do ciclo virtuoso do preço das *commodities*, na primeira década do século XXI; se seria possível afirmar o declínio da variedade de capitalismo de Estado no Brasil, após a presente crise; como tal crise estaria afetando o ordenamento corporativo brasileiro contemporâneo; se tal crise estaria impactando na capacidade do poder público nacional de implantação de políticas de longo prazo; e, finalmente, se as políticas sociais e inclusivas viriam perdendo espaço ante a ortodoxia financeira e rentista. A hipótese aqui assumida é de que o Brasil, efetivamente, adotou uma estratégia de cunho neodesenvolvimentista e social-democrata como resposta à crise financeira sistêmica internacional, irrompida em 2008. Não obstante, a crise endógena na qual o país adentrou, a partir de 2014, estaria esfacelando tal estratégia, pelo progressivo sufocamento das capacidades estatais de intervencionismo. A metodologia, por fim, encontrar-se-á baseada em uma interlocução qualitativa entre dados empíricos arrolados e uma literatura multidisciplinar, compreendendo trabalhos referenciados da Ciência Política, da Sociologia Econômica, da Sociologia Política, da Economia e da Economia Política do Desenvolvimento.

Palavras-chave: Brasil; Capacidades estatais; Neoliberalismo; Economia política; crise.

* Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Doutor e mestre em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento e do Núcleo de Estudos do Empresariado, Instituições e Capitalismo, ambos coordenados por Renato Boschi. É pesquisador do Programa de Estudos da Esfera Pública coordenado por Sonia Fleury e vinculado à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. E-mail: <cpinho19@gmail.com>.

† Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Núcleo de Estudos do Empresariado, Instituições e Capitalismo e pesquisador integrante do INCT-PPED e do LabChina/UFRJ. Editor do periódico eletrônico *Revista Ponto de Vista — Perspetivas sobre o Desenvolvimento*. E-mail: <rafaelmoura5028@gmail.com>.

Abstract

The present article aims to discuss the recent trajectory of the Brazilian political economy, problematizing both the international and domestic vectors, contributing to the present breakdown of state capabilities and hindering the formulation of a cohesive development strategy, based on growth with income distribution. One premise assumed in this article is that the maintenance of a social democratic and developmentalist strategy or orientation, enjoying vigorous distributive policies and public inversions in key sectors with a long-term perspective, is severely constrained by the conventional neoclassical orthodoxy, limiting the margins for governmental planning. With this in view, five questions will be addressed: if Brazil followed a development strategy after the end of the virtuous commodity prices cycle in the first decade of the 21st century; if it is possible to affirm the decline of the variety of state capitalism in Brazil after the present crisis; how such crisis is affecting the contemporary Brazilian corporatist order; whether such crisis is impacting on the capacities of the national public power to implement long-term policies; and, finally, whether social and inclusive policies are losing ground to the financial and rentier orthodoxy. The hypothesis assumed here is that Brazil has, effectively, adopted a neodevelopmentalist and social-democratic strategy in response to the international systemic financial crisis, started in 2008. Nonetheless, the endogenous crisis to which the country has entered since 2014 would be disrupting such strategy, by the progressive suffocation of state capacities of interventionism. The methodology, finally, will be based on a qualitative interlocution between empirical data and a multidisciplinary literature, comprising exponents of Political Science, Economic Sociology, Political Sociology, Economics and Political Economy of Development.

Key words: Brazil; State capabilities; Neoliberalism; Political economy; Crisis.

1. Introdução

NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO, esta pesquisa tem por objetivo analisar, por um lado, os constrangimentos sistêmicos internacionais e, por outro lado, os entraves domésticos para a formulação de uma estratégia nacional de desenvolvimento assentada no *crescimento econômico* com *distribuição de renda e incorporação social* substantiva no Brasil.

A economia brasileira alcançou altas taxas de crescimento durante a industrialização substitutiva de importações (ISI) do Nacional-Desenvolvimentismo (1930-1980). Isso ocorreu não obstante a alarmante exclusão social, o aumento da desigualdade e o insulamento burocrático do aparelho de Estado, que marginalizava a instância parlamentar-partidária e as camadas trabalhadoras do processo decisório referente às políticas públicas. Numa perspectiva de longo prazo, a economia brasileira está semi-estagnada. Desde 1980, o crescimento *per capita* é inferior a 1%, contra 4,1%, entre 1950 e 1979 (Bresser-Pereira, 1.º-4-2015). No âmbito internacional, em comparação com a China e a Índia, o Brasil também acumula baixos índices de crescimento. Tal quadro adverso oblitera tanto a inserção competitiva quanto a própria integração do País na economia mundial. A erosão do crescimento — que alcançou o seu auge em 2010, mediante

uma taxa de 7,5%, e por meio de uma estratégia nacional centrada no fortalecimento do mercado doméstico, via agressiva política salarial e de crédito — deveu-se, em grande parte, ao fim do ciclo de bonança das *commodities* no exterior, ciclo este para o qual teve essencial contribuição a ascensão chinesa e seu perfil de demanda.

A resposta do Brasil à *crise financeira sistêmica do capitalismo global* (Pinho, 2012), que eclodiu em 2008, possibilitou a emergência de um embrionário experimento social-democrata ancorado na *desmercantilização* da força de trabalho dos cidadãos mais pobres, na formação de capital humano e na erradicação da pobreza extrema. Tal quadro, somado a baixos índices de desemprego em um país historicamente pautado pela exclusão social, foi um dos principais fatores que possibilitou a reeleição de Dilma Rousseff em 2014. Entretanto, as adversidades da atual conjuntura não mais aparentam garantir o triunfo deste experimento outrora exitoso, fornecendo, muito pelo contrário, indicativos de um possível esgotamento de tal modelo de desenvolvimento inclusivo. São inúmeros os exemplos: queda das exportações de *commodities* em virtude da desaceleração do crescimento da China, lenta recuperação do mercado internacional, retração do crédito, aumento sucessivo da taxa de juros para combater a inflação, crescente endividamento das famílias, elevação do desemprego e redução do consumo doméstico. Esses fatores dão indícios de exaustão do modelo de desenvolvimento ancorado exclusivamente no mercado interno, marca imprimida pela gestão Lula da Silva. A resposta brasileira pela via das políticas de distribuição ou transferência de renda proporcionou um enfrentamento e melhorias substantivas de curto e médio prazo. Porém, os impactos de longo prazo se fazem sentir, sobretudo dentro de um quadro de políticas macroeconômicas de cunho neoliberal.

A crise pela qual passa o Estado brasileiro tem componentes diversos e heterogêneos, contudo, complementares. Primeiramente, o crescimento econômico em notória desaceleração minou gradualmente a arrecadação do Estado brasileiro e deteriorou sua capacidade fiscal. Os gastos financeiros dispararam com a alta dos juros promovida pelo Banco Central para conter a inflação. De 251,1 bilhões, em 2014, o pagamento dos juros da dívida saltou para 334,6 bilhões, em 2015 (*Folha de S.Paulo*, 3-5-2015). As receitas do Estado disponíveis para o prosseguimento das políticas expansionistas tornaram-se escassas. Como as principais despesas federais (salários, aposentadorias, benefícios assistenciais e transferências a estados

e municípios) são obrigatórias, o ajuste fiscal em curso se concentra em investimentos. A redução da desoneração da folha de pagamentos e o aumento dos juros do BNDES para o empresariado industrial vêm provocando a reação da Fiesp e da CNI, que defendem o arrocho no âmbito do controle do gasto público e não no aumento da tributação e no corte do investimento (G1, 27-2-2015).

Segundo, a irrupção do maior escândalo de corrupção envolvendo atores públicos (partido políticos da base aliada governativa e burocratas estatais) e privados (grandes conglomerados e empreiteiras de obras públicas) no bojo da principal empresa do País, a Petrobras, vem afetando as *capacidades estatais* de intervencionismo para a promoção de políticas públicas e ameaçando a centralidade da política social. Tal escândalo de corrupção vem se desdobrando na *Operação Lava Jato*, protagonizada por instituições como a Polícia Federal, o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público, com graves repercussões econômicas e políticas.

Terceiro, a paralização das grandes obras de infraestrutura vem gerando vasto desemprego, sobretudo na construção civil, que emprega a população mais pobre e de baixa escolaridade. Cabe destacar o atraso nas “concessões” de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, que são indispensáveis para suprimir os “gargalos” que obstam o desenvolvimento e aumentar a competitividade e a produtividade da economia. Isso é necessário a fim de modificar as condições estruturais para o desenvolvimento sustentado, bem como para promover a transição de um modelo de governança assentado em uma coalizão favorável à redistribuição para um que tem no investimento o seu ponto fulcral (Pinho, 2015).

Finalmente, a delegação da gestão macroeconômica e de vastos poderes presidenciais¹ a um ministro da Fazenda vinculado à corrente *mainstream* em economia. Este, por sua vez, estava comprometido com a execução de um ajuste fiscal recessivo para retomar o crescimento da economia e restabelecer a credibilidade do País junto às elites domésticas e ao sistema financeiro internacional. A consequência da austeridade é a paralisação dos investimentos produtivos em prol da obtenção de um superávit primário para o pagamento dos juros da dívida pública e alimentar as práticas rentistas do setor financeiro. Este cenário marca o revigoramento do velho

¹ Diante da inépcia do Poder Executivo, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, visitava com frequência o Congresso Nacional e, portanto, negociando sistematicamente com o Poder Legislativo a implantação do ajuste fiscal ortodoxo e recessivo.

tripé macroeconômico dos anos 1990 — responsabilidade fiscal, regime de metas de inflação e câmbio flutuante. Esgota-se, portanto, a possibilidade de formulação de uma alternativa social-democrata diante da ruptura da *coalizão política desenvolvimentista*, que tinha as políticas sociais no cerne do modelo de desenvolvimento.

A literatura clássica sobre as *Variedades de Capitalismo* (VoC), que tem em Hall & Soskice (2001) os seus autores basilares, ressalta a *complementaridade institucional* e as *vantagens institucionais comparativas* somente ao nível das firmas, negligenciando o papel do Estado bem como a fluidez e volatilidade do capitalismo financeiro, que constrange mormente as ações daquele. Tal *constructo* analítico ao estabelecer tipologias rígidas (Liberal Market Economy *x* Coordinated Market Economy) aplicadas exclusivamente à caracterização dos países da Europa e da América do Norte, inviabiliza pensar a complexidade da variedade de capitalismo de Estado no Brasil. Trata-se de uma abordagem sumamente economicista e determinista, a despeito dos inovadores aportes conceituais que ela traz. Não obstante, a pesquisa aqui proposta busca ir além, uma vez que ressalta as *me-tamorfozes* pelas quais o capitalismo brasileiro vem passando no cenário contemporâneo, considerando a centralidade institucional do Estado e suas articulações com o empresariado industrial, a burocracia governamental, os sindicatos/trabalhadores e o sistema financeiro especulativo nacional e global.

Um aspecto crucial do argumento aqui desenvolvido diz respeito ao fato de que a sustentação de uma estratégia social-democrata de distribuição de renda e investimentos públicos estratégicos fica circunscrita ao beneplácito da ortodoxia fiscal e ao imperativo da estabilidade macroeconômica. Isso torna, numa perspectiva de longo prazo, o horizonte temporal do *planejamento governamental* para o desenvolvimento capitalista nacional, limitado e incerto. A margem de manobra para implantação de um arcabouço institucional consistente e duradouro de políticas sociais torna-se muito reduzida.

Esta pesquisa tentará responder as seguintes questões: (1) O Brasil vem adotando alguma estratégia de desenvolvimento, após o esgotamento do ciclo internacional de bonança das *commodities*, que predominou na primeira década do século XXI? (2) Diante da exaustão de um modelo de crescimento assentado no mercado interno, da emergência de um escândalo de corrupção na maior empresa estatal brasileira (Petrobras) e de uma guinada ortodoxa de 180 graus na política macroeconômica, é possível afirmar que a variedade de capitalismo de Estado no Brasil está em declínio?

(3) No ordenamento corporativo brasileiro contemporâneo, como a crise desta variedade de capitalismo de Estado vem impactando nas relações capital-trabalho, público-privado e no âmbito da política social? (4) A crise da variedade de capitalismo no Brasil vem dissolvendo as capacidades do Estado para a implantação de políticas públicas no longo prazo? (5) As políticas sociais, a preservação do emprego e dos ganhos de renda dos mais pobres vêm perdendo centralidade diante da consecução de um ajuste fiscal ortodoxo e da supremacia do rentismo financeiro?

A hipótese desta pesquisa é que o Brasil adotou uma estratégia neo-desenvolvimentista e social-democrata que lhe proporcionou dar respostas políticas assertivas à maior *crise financeira sistêmica do capitalismo global* (Pinho, 2012a), que eclodiu em 2008. Todavia, entre o final de 2014 e o início de 2015, o País ingressou numa crise *endógena* de diferentes dimensões e não consegue formular uma alternativa a ela em virtude da resiliência do neoliberalismo e da hegemonia do capitalismo financeiro não produtivo. Tal crise vem minando as capacidades do Estado de intervencionismo para dar sustentação e robustez ao *Estado do Bem-Estar Social* como a maior construção política do século XX no País.

Metodologicamente, o artigo realiza uma interlocução com a literatura nacional e internacional atualizada sobre as *Variedades de Capitalismo* (VoC), a Teoria e Prática da Social Democracia, o *Welfare State*, a Sociologia Econômica, a Sociologia Política, a Economia e a Economia Política do Desenvolvimento. Os dados empíricos arrolados nesta pesquisa serão ilustrados por meio de gráficos, tabelas, consulta a *sites* de instituições governamentais domésticas e internacionais, livros, artigos, periódicos, teses de doutorado, dissertações de mestrado, jornais e revistas de grande circulação nacional.

A estrutura do artigo segue a seguinte ordem. Primeiramente, far-se-á uma apresentação em perspectiva comparativa dos Brics, da América Latina e dos países do Norte desenvolvidos, sobretudo no que diz respeito às tendências macroeconômicas gerais, em um contexto de deterioração dos termos de troca e de barateamento dos preços das *commodities*. Este último fator deu fim a um ciclo expansivo vigoroso que notabilizou toda a década anterior, favorecendo o *boom* exportador por parte de alguns países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Trata-se de capturar, pelo menos sob a ótica dos maiores agregados, os direcionamentos da economia global. Também serão abordados os indicadores sociais do Brasil de forma comparada com os demais Brics, de maneira que mostre como o País obte-

ve notoriedade internacional pelas políticas de proteção social, minimização da pobreza extrema e redução das desigualdades sociais estruturais.

Segundo, refletir-se-á sobre o esgotamento da estratégia social-democrata e neodesenvolvimentista de proteção social. Isso vem ocorrendo em razão da irrupção da crise fiscal do Estado advinda do baixo crescimento econômico, do escândalo de corrupção envolvendo grandes conglomerados econômicos (empreiteiras), partidos políticos da coalizão de governo e a Petrobras. Tais fatores vêm minando as capacidades estatais de arrecadação para a intervenção social. Soma-se a isso o ativismo de um Parlamento conservador e a tibieza do Estado brasileiro em promover reformas no sentido da tributação progressiva, que desonere os mais pobres e taxe o patrimônio, a renda e a herança. Ademais, destacar-se-á a renúncia fiscal da sonegação, a necessidade de regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas, do capitalismo financeiro especulativo/apátrida e de realização de uma auditoria da dívida pública. Certamente, a adoção desta agenda de viés desenvolvimentista vetaria a alternativa ortodoxa, que socializa os prejuízos, sacraliza os ricos e sacrifica os mais pobres.

Finalmente, ressaltar-se-ão as medidas de ataque deliberado ao *Estado do Bem-Estar Social* e aos direitos sociais para viabilizar o ajuste fiscal, o pagamento de juros ao setor financeiro parasitário e restabelecer a credibilidade do Estado brasileiro no mercado financeiro doméstico e internacional. O objetivo é enfatizar a direção equivocada que o Estado vem seguindo, a partir de sua rendição incondicional ao “austericídio” fiscal num quadro de resiliência do neoliberalismo e de financeirização da economia. Isso se consubstancia em cortes de programas sociais estratégicos, recessão econômica, agravamento do desemprego, deterioração da renda e falta de recursos nas universidades públicas. Convém elucidar a paralisação de investimentos do PAC e a retração do papel do BNDES, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, que são indispensáveis à materialização de uma estratégia *endógena* de desenvolvimento.

2. Brasil e países emergentes nos contextos internacional e doméstico no novo milênio: estratégia neodesenvolvimentista-social-democrata de crescimento econômico com incorporação social

Os anos 2000 foram marcados pelo aumento exponencial do *boom* das *commodities* no cenário internacional e pela elevação das taxas de

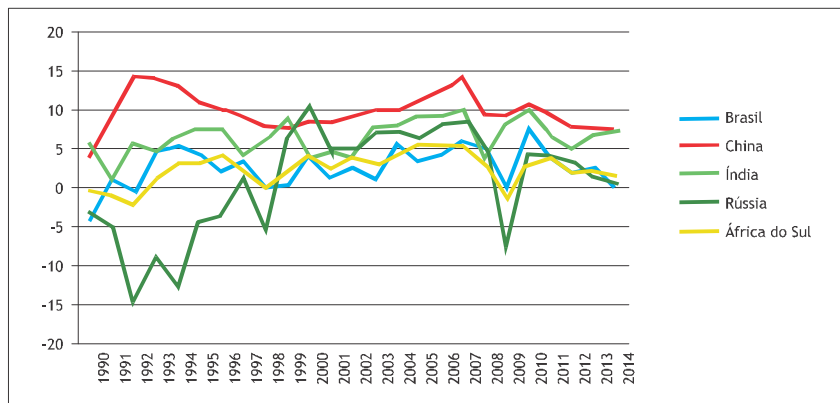
crescimento do Brasil e da América Latina, exportadores de produtos primários. Isso resultou na redução significativa das taxas de pobreza extrema e da desigualdade nos países governados por coalizões de centro-esquerda² — Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador e Venezuela — e que adotaram políticas desenvolvimentistas após a hegemonia do neoliberalismo nos anos 1990. As reformas orientadas para o mercado tanto no Brasil como na América Latina não trouxeram o tão galvanizado crescimento econômico e aprofundaram o processo de exclusão social. Assim, a singularidade desses governos reside na relevância conferida à *temática social* como cerne das políticas de desenvolvimento.

O aumento dos preços das *commodities* e o crédito farto e barato nos mercados internacionais foram especialmente úteis para os países em desenvolvimento, de 2003 a 2010. Muitas dessas economias aproveitaram as condições externas favoráveis para aumentar o crescimento por meio de seus mercados internos. Houve, também, grande aumento do comércio Sul-Sul e melhoria substancial na gestão dos fluxos de capital por um grande número desses países, a partir de regimes de taxas de câmbio flutuantes fortemente gerenciadas e uma acumulação maciça de reservas cambiais. O comércio mundial em geral cresceu rapidamente até 2008 (Serrano & Summa, 2015).

Diante disso, a primeira década do Novo Milênio também notabilizou os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) no âmbito mundial pelo crescimento econômico e diversificação da estrutura produtiva. Nos anos 1990, contudo, percebem-se caminhos relativamente diversos e mudanças de rota das economias dos Brics, principalmente da Rússia, após o processo de abertura à globalização (Vasileva, 2014). Na década de 2000, não obstante, todas essas economias de forma geral entraram em trajetória de aceleração, que é interrompida pela *crise financeira sistêmica global de 2008* (Pinho, 2012a). Após uma desaceleração, em 2009, que ocorreu abruptamente na Rússia, os Brics tiveram uma recuperação, em 2010. Entretanto, a partir de 2011, todos, com exceção da Índia, entram em rota de desaceleração e arrefecimento do crescimento, com a China apresentando percurso mais sustentado e equilibrado, com taxas ainda altas. Cabe apontar que, diferentemente do Brasil, a China vem passando pela transição de um modelo pautado no investimento e nas exportações para outro mais endógeno e, portanto, orientado para o consumo doméstico.

2 O trabalho de Weyland, Madrid & Hunter (2010) caracteriza as esquerdas latino-americanas irrompidas no início do século XXI como “radicais” (Bolívia, Equador e Venezuela) e “moderadas” (Argentina, Brasil e Chile). Uma análise atualizada acerca da relação entre estabilidade política e redistribuição de renda nesses países (incluindo o Uruguai, mas sem a Argentina) é fornecida por Santos & Almeida (2015).

Gráfico 1. Trajetória de crescimento econômico dos Brics (% PIB), 1990-2014



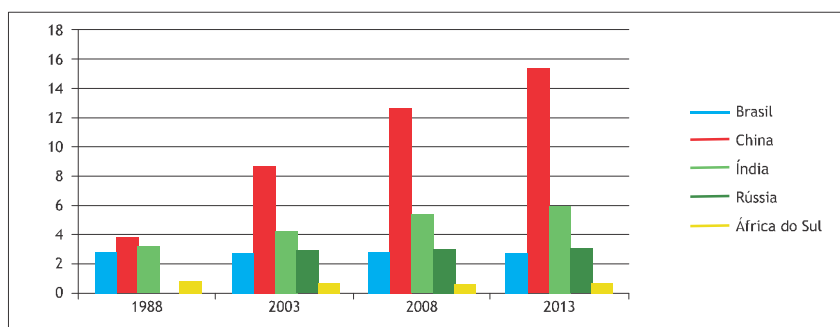
Fonte: Elaboração própria a partir de Giambiagi et al. (2011); World Bank. World Development Indicators — GDP growth (annual %), Disponível em <<http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>>.

Tabela 1. Crescimento do PIB e da produtividade de trabalho (%), 1950-2011

País	PIB		Produtividade do trabalho	
	1950-1980	1980-2011	1950-1980	1980-2011
China	4,9	9,7	1,2	7,2
Índia	3,6	6,3	1,5	4,0
África do Sul	4,5	3,2	1,9	2,4
Mundo	4,4	3,7	2,4	2,1
EUA	3,6	2,7	1,6	1,6
União Europeia	4,1	2,3	3,6	1,5
América Latina	5,5	2,6	2,8	0,3
Brasil	6,8	2,6	3,6	0,3

Fonte: Palma, 2011.

Gráfico 2. Participação dos Brics no Produto Interno Bruto Mundial (%), 1988-2013



Fonte: International Monetary Fund (IMF). Disponível em <<https://www.quandl.com/collections/economics/gdp-as-share-of-world-gdp-at-ppp-by-country>>.

O ponto mais claro apreendido pelos Gráficos 1 e 2 diz respeito ao aumento da participação de China e da Índia (o primeiro país, de forma surpreendente) no PIB mundial e no *market share* do globo. Para o caso chinês, este incremento corrobora o sucesso das reformas, liberalizações e inserção mediante exportações de manufaturados, principalmente por suas zonas de processamento e vinculação aos circuitos de comércio regionais e globais (Naughton, 2007). Com relação ao Brasil, Rússia e África do Sul, nesse quesito, clara estagnação é percebida, muito embora por diferentes motivos que merecem escrutínio maior em futuros trabalhos.

Tabela 2. Especializações e Exportações dos Brics (%), 2010

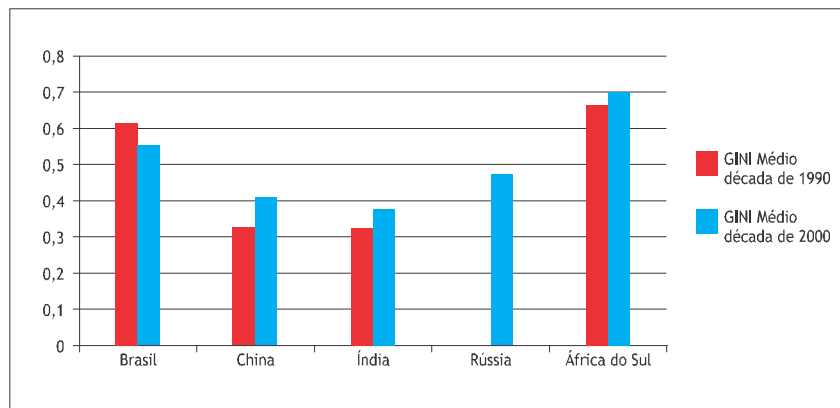
País	Petróleo, Gás, Minerais	Bens elétricos, Eletrônicos	Bens agrícolas	Maquinário	Veículos	Aço, Ferro, Alumínio	Têxteis	Serviços (% das exportações totais)
Brasil	8,9%	2,3%	14,4%	5,3%	8,0%	2,5%	0,1%	13,9%
China	–	24,5%	1,2%	20,2%	2,3%	2,8%	8,4%	9,8%
Índia	13,5%	5,4%	13,0%	4,1%	5,9%	2,5%	3,5%	36,1%
Rússia	63,0%	0,9%	1,0%	1,9%	0,5%	6,8%	–	2,8%
África do Sul	22,2%	2,3%	3,0%	7,5%	9,3%	12,6%	–	15,2%

Fonte: Becker, 2014, p.7.

A análise da tabela sugere a altíssima dependência da Rússia da exportação petrolífera e de gás, tornando-a fortemente volátil e vulnerável ao cenário externo no que se refere a preços e demanda por *commodities* minerais. Brasil e Índia destacam-se como potências agrícolas, sobretudo em face do fortalecimento do setor primário e do agronegócio. Isso reforça a dependência desses países do cenário externo no que tange às *commodities* agrícolas (mais intensamente no caso brasileiro). Vale lembrar, ainda, que a Índia tem uma divisão da propriedade fundiária mais equitativa *vis-à-vis* o caso brasileiro, marcado historicamente pelo latifúndio monocultor, escravista e autossuficiente. No que tange à China, cabe apontar o seu poderio quanto à especialização em eletroeletrônicos e maquinários, na medida em que suas vendas para a economia mundial são dotadas de maior *valor agregado*. Isso reflete uma economia industrial e manufatureira mais desenvolvida e inserida nas cadeias produtivas globais (Amsden, 2001;³ Naughton, 2007).

³ Em sua obra clássica, Amsden (2001) retrata, no limiar do século XXI, a ascensão de países emergentes como Brasil, China, Índia, Coreia do Sul, que desenvolveram experiências manufatureiras, desde o século XIX até a Segunda Guerra Mundial.

Gráfico 3. Trajetória das desigualdades de renda: Índice de Gini⁴



Fonte: Elaboração própria, a partir de Becker (2014); World Bank. World Development Indicators – Gini Index. Disponível em <<http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?page=4>>.

Com relação à trajetória de retração das desigualdades de renda entre os Brics, o ponto relevante a ser salientado é que, *tomando em totalidade as décadas de 1990 e 2000, apenas o Brasil foi capaz de reduzir a desigualdade em níveis notáveis*, ao passo que os outros países não lograram, apesar do crescimento econômico maior. Configurou-se, de fato, uma estratégia de caráter social-desenvolvimentista ou social-democrata, que conciliou crescimento do PIB com redução das assimetrias sociais, via o intervencionismo estatal tão execrado pela retórica dos manuais ortodoxos.

Nesta linha argumentativa, a recente obra, organizada pela cientista política Marta Arretche, analisa numa perspectiva multidimensional a trajetória das desigualdades no Brasil de 1960 a 2010, a partir de dados empíricos de seis edições do Censos Demográficos, produzidos pelo IBGE, nesse mesmo período. Os dados mostram que, nos últimos anos, o País reduziu substancialmente a desigualdade social.⁵ Enquanto as democracias do mundo desenvolvido (EUA e Europa) testemunharam substancial e inesperada escalada da desigualdade, o Brasil caminhou na direção inversa.

⁴ Não é possível auferir a média do Coeficiente de Gini para a Rússia, durante a década de 1990, em razão da ausência de dados completos disponíveis para todos os anos.

⁵ A pesquisa analisa as mudanças ocorridas ao longo de um período da história brasileira que compreendeu contextos econômicos e políticos muito diversos: transição rural-urbana, industrialização, crescimento econômico acelerado e retração econômica, inflação e estabilidade monetária, autoritarismo e democracia (Arretche, 2015).

A desigualdade de renda caiu sistematicamente. O pico da desigualdade de renda ocorreu em 1989, final do governo Sarney, quando o piso da renda dos 5% mais ricos correspondia a 79 vezes o teto da renda dos 5% mais pobres. Desde então, essa razão vem apresentando queda sistemática. Em 2012, ano em que a série atingiu seu patamar mais baixo, essa razão ainda era de 36. A queda acelerada nos níveis de pobreza, da desigualdade de rendas no mercado de trabalho e das desigualdades no acesso a serviços, entre indivíduos e entre regiões, emergiu apenas sob o regime democrático. Apesar dessa trajetória, não resta dúvida de que o patamar ainda é muito alto. A América Latina apresenta os mais elevados índices de desigualdade do mundo, e o Brasil ainda está entre os países mais desiguais da região (Arretche, 2015).

A trajetória de longo prazo das desigualdades no Brasil revela que deslocamentos nos padrões de desigualdade requerem políticas implantadas por um longo período de tempo. As desigualdades que apresentaram declínio foram objeto de políticas cujo desenho visou deliberadamente produzir esse resultado e que ganharam grande centralidade na agenda do Governo Federal. Por outro lado, a redução nos patamares de desigualdade foi muito mais lenta nas áreas caracterizadas pela descontinuidade entre mandatos presidenciais, ou mesmo pela paralisia decisória. No Brasil, sob a democracia, diminuiu sensivelmente a desigualdade de renda entre os mais ricos e os extremamente pobres, embora seu grau ainda seja muito elevado. Portanto, os ganhos de renda nos governos petistas foram muito mais expressivos do que nos períodos anteriores (Arretche, 2015). Tal afirmação converge com o argumento de que *democracias duradouras com coalizão de centro-esquerda duradoura produzem welfare states mais redistributivos* (Kerstenetzky, 2012, p. 137).

Não obstante, durante a década de 2000, constrangimentos externos ameaçaram a trajetória de redução da desigualdade no Brasil. Nesse sentido, quanto às respostas políticas do País à mais grave crise financeira (exógena) e especulativa de 2008, diversas medidas anticíclicas foram postas pelo Executivo. O objetivo consistia em contrabalançar os seus efeitos deletérios sobre as conquistas já obtidas em termos de formalização do emprego, distribuição social da renda e redução das desigualdades. A intervenção do Estado foi crucial para enfrentar as externalidades negativas do “moinho satânico que tritura os homens transformando-os em massa” (Polanyi, 2000, pp. 51-9). Criou-se um verdadeiro “contramovimento”

de políticas públicas à ação degradante do mercado e à tentativa de se instaurar uma sociedade regida e orquestrada pelas leis iníquas do mercado autorregulável.⁶ Dentre as principais iniciativas para o fortalecimento do mercado interno destacam-se a manutenção e ampliação do escopo dos programas sociais focalizados (sobretudo o Bolsa Família), a redução de impostos sobre os produtos industrializados (IPI), os grandes projetos infraestruturais de intervenção como o PAC (I e II) e os programas habitacionais voltados à população de menor renda como o *Minha Casa, Minha Vida* e o *Minha Casa Melhor*, o acesso ao crédito visando estimular o consumo doméstico, bem como a continuação da política de valorização do salário mínimo e do aumento do poder de compra das classes trabalhadoras. No âmbito da política industrial, criou-se o *Plano Brasil Maior* que, no entanto, não foi capaz de superar a perda sucessiva de dinamismo e competitividade da indústria nacional. Bem assim, este contexto é marcado pela criação e ampliação da nova classe média ou nova classe de trabalhadores brasileiros,⁷ que tiveram acesso aos bens duráveis de consumo via aumento do emprego e da renda. Na “Era Lula”, o país saiu relativamente bem da crise, com um crescimento de 7,5% do PIB, em 2010, graças, sobretudo, ao *boom* internacional das *commodities* e a aceleração do crescimento da China (Boschi & Pinho, 2015, 2014; Gaitán & Pinho, 2014; Pinho, 2014ab, 2013abcd, 2012abc, 2011; Pinho & Granja, 2011).

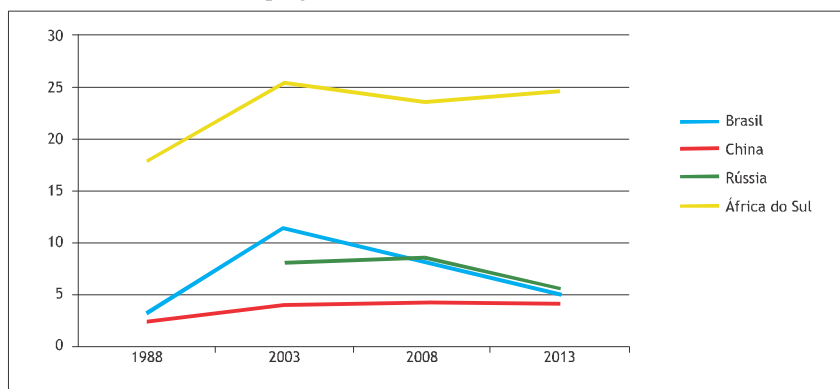
Convém destacar que a crise *exógena* de 2008 é especulativa, teve a sua gênese nos EUA e espalhou-se pela Europa, quando do estouro da bolha imobiliária dos *subprimes*, em 2008. Outrossim, a crise nasceu da *desregulamentação do sistema financeiro* dos países ricos, e não na periferia do sistema capitalista internacional. Assim, a *diferença* entre essa crise e a profusão de outras que a precederam era que tal crise tinha o rótulo “*Made in USA*”. E, enquanto as crises anteriores ficaram confinadas, essa crise, “*Made in USA*”, se expandiu rapidamente pelo mundo inteiro. Com o estouro da bolha, os preços das casas caíram dos níveis exorbitantes em

⁶ À luz de uma interlocução com o arcabouço teórico e conceitual de Karl Polanyi, pode-se interpretar que a crise financeira especulativa de 2008 ensejou, no caso brasileiro, uma antinomia entre o *princípio do liberalismo econômico* —, que visava estabelecer um *mercado autorregulável*, por meio *laissez-faire* como método — e o *princípio da proteção social*, orientado para a preservação da sociedade da instabilidade do mercado. Neste caso, o segundo princípio sobrepujou o primeiro.

⁷ Cabe apontar que a recente literatura brasileira acerca da Classe C ou Nova Classe Média é muito controversa, abarcando pesquisas de cientistas políticos, economistas e sociólogos. Para uma análise sociológica acerca dos horizontes intelectuais em que os autores estão inseridos e que os condicionam, bem como as disputas ideológicas subjacentes ao debate em torno da Classe C, ver o artigo de Leal (2014), fruto de sua dissertação de mestrado.

que estavam e os proprietários deviam mais em hipotecas do que o valor das suas casas. Ao perderem as casas e o valor líquido delas, muitos perderam também as poupanças de toda a vida e os sonhos para o futuro como formação universitária para os filhos e aposentadoria em boa situação financeira. Comunidades inteiras foram devastadas; os contribuintes tiveram de arcar com a conta das perdas dos bancos; trabalhadores perderam seus empregos.⁸ Os custos foram enfrentados, não só nos EUA, mas em todo o mundo, por bilhões de pessoas que não receberam nenhum centavo de recompensa pelo comportamento temerário dos bancos. A última vez que os EUA exportaram uma crise de grandes proporções foi na Grande Depressão dos anos 1930. O governo, por sua vez, se concentrou em jogar dinheiro nos bancos por meio da criação de uma vasta *rede de proteção das corporações* (Stiglitz, 2010, pp. 35-83).

Gráfico 4. Taxa de Desemprego nos Brics (%),⁹ 1988-2013



Fonte: International Monetary Fund (IMF). Disponível em <<https://www.quandl.com/collections/economics/unemployment-rate-by-country>>.

Os dados empíricos arrolados no Gráfico 4 permitem mostrar a diminuição do desemprego no Brasil, a partir de 2003, e na Rússia, em 2008. Em comparação com esses países, a taxa de desemprego na China é

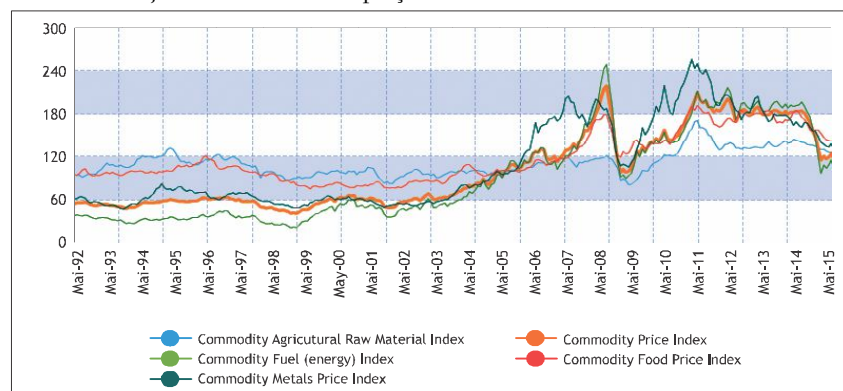
⁸ Concomitantemente, há uma tendência de agravamento da desigualdade econômica nos EUA, ao longo das últimas décadas. Os 0,1% mais ricos têm mais do que triplicado a sua renda que de 3,2%, no final de 1950, passou para 10,9%, em 2005. Outrossim, a parte da população 1% mais rica mais do que dobrou ao longo do mesmo período, de 10,2% para 21,8%. A extraordinária concentração de riqueza nas mãos de pessoas aquinhoadas tem aumentado significativamente a sua influência na arena política, à medida que a estagnação das rendas da classe média e dos setores mais pobres têm reduzido substancialmente a sua influência nos processos decisórios em matéria de políticas públicas (Bartels, 2008).

⁹ Não constam indicadores, pela base de dados do FMI, para a taxa de desemprego na Índia.

baixíssima, ao passo que a África do Sul apresenta índices bastante elevados. No caso do Brasil, a situação de praticamente *pleno emprego*, até o final de 2014, deve-se à opção política da coalizão governativa de centro-esquerda de priorizar a centralidade da dimensão social do desenvolvimento. Para tanto, foi instituída uma política de valorização do salário mínimo, possibilitando incrementos reais na renda dos mais pobres e ampliação do mercado doméstico de consumo de massas.

É certo que a globalização, a internacionalização e, portanto, as crises econômicas, aumentam a *exposição dos Estados nacionais ao risco externo* e a insegurança em razão da volatilidade dos salários, do emprego e dos investimentos (Boix, 2003, 1998; Cameron, 1984; Esping-Andersen, 2002, 1996, 1991, 1985; Garret, 1998; Gourevitch, 1989, 1986; Harvey, 1993; Held & McGrew, 2001; Huber & Stephens, 2012, 2003; Iversen, 2005; Keohane & Milner, 1996; Kitschelt, 1994; Neto & Santos, 2013; Rodrik, 1997, 2011; Santiso, 2003; Tarzi, 2010; Weiss, 2003), o que contribui para potencializar a *mercantilização* das classes trabalhadoras. Porém, para além de constringer, a globalização e a internacionalização da economia permitiram ao governo brasileiro perseguir seus objetivos políticos e recuperar suas capacidades estatais, tendo em conta as prioridades elencadas de políticas públicas, como o combate às desigualdades sociais. Os Governos Lula e Dilma lograram combater a pobreza com medidas focalizadas em políticas que, ao mesmo tempo que subvertem o neoliberalismo, a ele se aliam ao recusar a definição de uma cidadania social universal (Domingues, 2013).

Gráfico 5. Trajetória dos índices de preços das *commodities*



Fonte: Index Mundi. Disponível em <<http://www.indexmundi.com/commodities/>>.

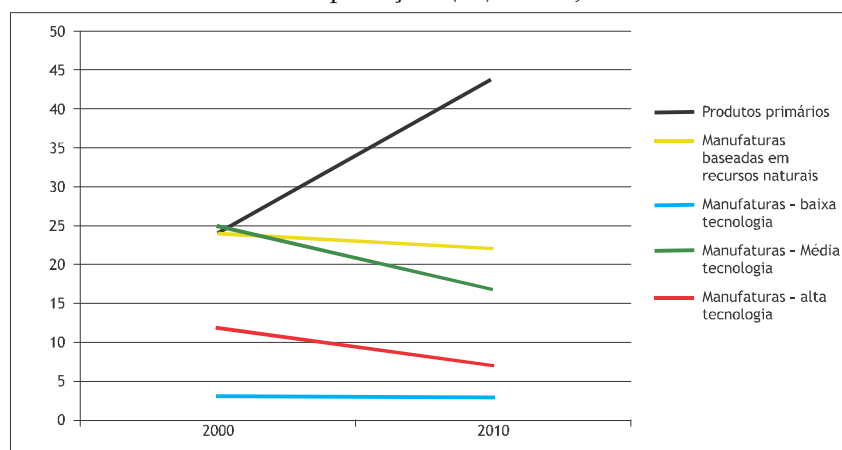
O Gráfico 5, mapeando as tendências mundiais dos preços das diferentes *commodities*, mostra como o Governo Lula da Silva¹⁰ (2003-2010) conseguiu se beneficiar de um contexto de forte crescimento, em virtude da produtividade agrícola e mineral. A Rússia, também, teve sucesso em função desse aumento exponencial por motivos similares. No entanto, a partir de 2011, já são perceptíveis a estagnação e a consequente desaceleração dos preços das *commodities*, que se intensifica, em 2014, e coloca um cenário constrangedor para o Governo Dilma Rousseff.

Uma interpretação sociológica do gráfico acima sugere que a estratégia lulista de desenvolvimento e de aliança de classes de tipos pluriclassistas é caracterizada pela *condição dependente* de inserção no sistema produtivo internacional, bem como pela sua sujeição à dinâmica do mercado e do centro do sistema capitalista (Cardoso & Faletto, 1970; Domingues, 2013; Grassi, 2014; Singer, 2012). Diante de uma reversão desse cenário externo favorável, que é o que se vem mostrando, esboça-se a incapacidade de manutenção dessa aliança de classes. A inviabilidade de dar prosseguimento a tal aliança, no quadro de uma condição dependente da estratégia de desenvolvimento,¹¹ é potencializada por três fatores: (1) a redução do crescimento econômico, (2) a dificuldade em efetuar a transição do modelo de consumo de massas para um paradigma norteado pelo investimento produtivo em infraestrutura e, por fim, (3) a redução da capacidade fiscal do Estado brasileiro para dar continuidade às políticas sociais, assim como expandir a rede de proteção social.

10 O pressuposto básico do neodesenvolvimentismo levado a cabo pelo Governo Lula consiste na capacidade de convergir o aprendizado derivado da longa trajetória desenvolvimentista com os fundamentos da estabilidade e integração do Brasil aos circuitos financeiros e comerciais globalizados do capitalismo, em crescente interconexão. Ademais, a especificidade deste modelo de desenvolvimento é a centralidade por ele conferida à *dimensão social*, em contraposição à primazia das reformas orientadas para o mercado dos anos 1990, que subordinaram a política social à esfera da estabilização macroeconômica (Boschi, 2013, 2011; Boschi & Gaitán, 2008, 2012; Boschi & Lima, 2002).

11 A rearticulação de um projeto nacional de viés neodesenvolvimentista operada pelo lulismo implica, por isso, um ressurgimento no plano político da contradição entre os anseios de autonomização e os laços de dependência que constroem historicamente o desenvolvimento brasileiro — bem como seus vizinhos latino-americanos (Grassi, 2014).

Gráfico 6. Estrutura das Exportações (%): Brasil, 2000-2010¹²



Fonte: Elaborado a partir de Palma, 2011.

Em termos relativos, o Gráfico 6 mostra, desde os anos 2000, como a reprimarização vem caracterizando a pauta exportadora brasileira, com o setor agrário mais forte *vis-à-vis* o industrial manufatureiro. Isso representa um entrave, na medida em que o país não consegue agregar valor aos seus produtos, lidando ainda com problemas de falta de competitividade interna, aumento de custos, redução da produtividade da economia e necessidade de incrementar (urgentemente) os investimentos em infraestrutura para iniciar um novo ciclo de desenvolvimento.

3. O esgotamento da estratégia neodesenvolvimentista-social-democrata: baixo crescimento, crises e erosão das capacidades estatais

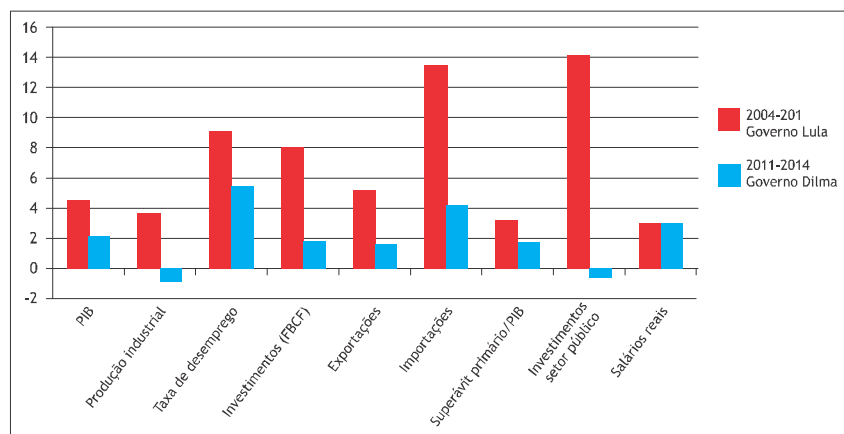
Após a crise financeira *exógena* de 2008, o Brasil passa por uma *crise endógena* ocasionada por fatores diversos, simultâneos e de graves proporções políticas, econômicas e sociais. Tal conjuntura aponta para o esfacelamento da estratégia neodesenvolvimentista-social-democrata de desenvolvimento

¹² Ao se observar, no gráfico, as trajetórias de desempenho das diferentes pautas exportadoras brasileiras, nota-se que tanto as Manufaturas — Baixa Tecnologia (linha verde, claro) quanto as Manufaturas — Alta Tecnologia (linha vermelha) possuem a mesma trajetória (nas duas ocorre um deslocamento de 12% para um patamar de 7%), de modo que ambas as linhas se encontram sobrepostas, com a vermelha prevalecendo sobre a verde clara.

levada a cabo desde o segundo mandato do Governo Lula até o final do primeiro mandato de Dilma Rousseff, em dezembro de 2014.

O primeiro fator diz respeito à crise fiscal do Estado brasileiro advinda do irrisório crescimento econômico, acumulado nos últimos anos. Nesse contexto, a contração das taxas de crescimento do PIB brasileiro, desde 2011, foi súbita e considerável. Após crescer 7,5%, em 2010, a economia brasileira cresceu 3,9%, em 2011, e apenas 1,8%, em 2012. O crescimento aumentou modestamente para 2,7%, em 2013, mas a economia entrou em recessão técnica (dois trimestres consecutivos de crescimento negativo), em 2014, e cresceu apenas 0,1% neste ano. Além disso, a indústria de transformação exibiu o mesmo padrão: as taxas médias de crescimento de 3,6%, em 2004-2010, e -0,9%, em 2011-2014. Finalmente, a criação de emprego formal foi, em média, de 1,46 milhões de empregos por ano, entre 2004-2010, que foi reduzida para 829.000, em 2011-2014, e apenas 152.000, em 2014. Assim, a mudança das condições externas, combinada com uma alteração menor, mas muito importante, na orientação da política macroeconômica doméstica, afetou o crescimento da economia brasileira. O crescimento médio do PIB, no período 2004-2010, foi de 4,4%, ligeiramente mais que o dobro do observado no período 1995-2003. No entanto, a taxa de crescimento média do período 2011-2014 caiu consideravelmente para 2,1% e, em 2014, a economia cresceu perto de zero (0,1%) (Serrano & Summa, 2015).

Gráfico 7. Tendências dos indicadores macroeconômicos brasileiros 2004-2014 (Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff): médias de crescimento



Fonte: Elaboração própria com base em Serrano & Summa, 2015. Tradução própria.

A crítica dos liberais ao baixo crescimento vem embalada pelo saudosismo de uma época supostamente áurea na qual prevalecia o “tripé macroeconômico” (metas de inflação, câmbio flutuante e metas de superávit primário). O problema é que, durante o período de vigência do tripé (1999-2006), a economia apresentou um crescimento medíocre (2,81% a.a.), uma inflação apenas ligeiramente mais baixa do que a que estamos vivenciando em 2015 (7,6% a.a.) e uma expansão anêmica da formação bruta de capital fixo (incremento de 1,24% a.a., em termos reais). Embora a *Nova Matriz Macroeconômica*¹³ tenha fracassado do ponto de vista do crescimento econômico, o tripé macroeconômico não fica muito atrás em desempenho ruim. O Brasil precisa de um novo regime de política macroeconômica que permita articular um ciclo sustentado de crescimento do PIB com estabilidade de preços e equidade social (Oreiro & Andrade, 2015).

O impacto negativo das condições internacionais sobre o crescimento econômico brasileiro parece, assim, ser restrita ao impacto direto sobre a demanda agregada de menor crescimento das exportações. O crescimento médio das exportações brasileiras de bens e serviços, em 2011-2014 (1,6%), foi realmente muito menor do que os anteriores (5,2%, em 2004-2010), como resultado de uma desaceleração de 11,6%, em 2010 para 5,1% e 0,1%, em 2011 e 2012, respectivamente, seguido por uma modesta recuperação de 2,2%, em 2013, e uma queda de 1%, em 2014. Muitos economistas brasileiros e, especialmente, os que se chamam “economistas novo-desenvolvimentistas” (Bresser-Pereira, Oreiro & Marconi, 2014; Bresser-Pereira, 2009, 2010, 2012, 2014, 2015) argumentam que a estagnação das exportações brasileiras de bens manufaturados (em oposição às *commodities*) é resultado da sobrevalorização da taxa de câmbio real. Em patamar diametralmente oposto, há uma outra vertente de autores que sustenta que o menor crescimento das exportações parece ter sido quase inteiramente determinado pela desaceleração do crescimento da demanda e do comércio na economia mundial (Serrano & Summa, 2015).

O segundo fator responsável pela emergência da *crise endógena* refere-se ao maior escândalo de corrupção envolvendo a principal empresa

13 A *Nova Matriz Econômica* — pautada no controle da taxa de câmbio, no crédito abundante a juros subsidiados e na expansão de estímulos fiscais — contribuiu, significativamente, para a manutenção da trajetória anticíclica de combate à *crise financeira sistêmica* de 2008 (Pinho, 2012a). Esse contexto macroeconômico foi marcado pela manutenção dos mais baixos níveis de desemprego da história atrelada à redução da pobreza extrema e aos ganhos reais de renda dos mais pobres. Embora o governo tenha tornado lei a desoneração da folha de pagamentos, no sentido de beneficiar o empresariado industrial e evitar demissões, não conseguiu reverter o processo continuado de perda de competitividade/dinamismo da indústria nacional, de encolhimento do PIB e aumento da inflação.

brasileira — Petrobras —, grandes conglomerados econômicos (ou grandes empreiteiras como OAS, Andrade Gutierrez, UTC, Camargo Corrêa, Mendes Júnior, Queiroz Galvão, Engevix, Iesa, Galvão Engenharia e Odebrecht) e agremiações políticas da base aliada governamental. Tal crise abarca as complexas relações entre grandes empreiteiras — cujos processos de constituição, consolidação e internacionalização remontam ao período autoritário¹⁴ (1964-1985) — e o Estado brasileiro, por meio de vultosos contratos com a Petrobras. Tendo em vista os seus desdobramentos econômicos e políticos danosos, o escândalo de corrupção da Petrobrás vem abalando a capacidade de intervenção do Estado na promoção de políticas públicas. A paralização das obras efetuadas por esses grandes conglomerados econômicos vem impactando fortemente a economia nacional e os investimentos em infraestrutura, que são vitais para o aumento da competitividade e produtividade da economia de maneira que instaure um novo ciclo de desenvolvimento. Tais investimentos são elementares para a transição de um modelo ancorado no consumo para outro que tenha no investimento o seu ponto fulcral. A crise econômica e institucional se agrava cada vez mais tendo em vista as fraturas na coalizão governativa suscitadas pelas suspeitas de participação dos presidentes da Câmara dos Deputados (Eduardo Cunha – PMDB/RJ) e do Senado Federal (Renan Calheiros – PMDB/AL) no escândalo da Petrobras. Recentemente, no âmbito da *Operação Lava Jato*, o presidente da Câmara dos Deputados — que vem conduzindo ativa agenda conservadora e impondo sucessivas derrotas ao Executivo — rompeu formalmente com o Governo Dilma Rousseff, após denúncia de recebimento de US\$ 5 milhões em propina. Essa crise política de proporções monumentais envolve os Três Poderes da República: Executivo, Legislativo e Judiciário. Soma-se a esse cenário político-institucional adverso à fraqueza, o baixíssimo índice de popularidade da chefe do Executivo, bem como as articulações da oposição com setores rebelados da coalizão

14 Foi durante o Nacional-Desenvolvimentismo Autoritário (1964-1985), sobretudo no “milagre econômico” (1967-1973), que as empreiteiras foram beneficiadas pelas políticas de proteção e incentivo estatal, tornando-se conglomerados monopolistas de projeção nacional e internacional. A Petrobras tornou-se a principal contratadora das obras do governo federal. A elaboração dos editais reforçava o processo de concentração do mercado de construção pesada em poucas empresas, que constituíam cartéis. Cabe ressaltar a tendência à conglomeração e ramificação, ou seja, a atuação das empreiteiras em ramos paralelos à construção para fugir dos fornecedores mediante a produção de materiais usados nas obras ou comercialização deles. São exemplos a perfuração de poços, produção e montagem de sondas, produção de plataformas e navios. As empreiteiras também diversificaram suas atividades a partir da construção de edifícios urbanos (comerciais e residenciais) nos maiores centros, exploração do mercado imobiliário, via Banco Nacional de Habitação (BNH), comércio de terras, agropecuária, produção e exportação de minerais (ouro e metais preciosos). Ao final da ditadura militar, salienta-se o grande porte alcançado pelas empreiteiras diante das demais empresas nacionais (Campos, 2014).

de governo para levar a efeito o *impeachment* da presidenta, reeleita democraticamente. Em suma, a crise política assinala óbito, expõe as vísceras e acentua o estado de degradação e esgotamento do “presidencialismo de coalizão” (Abranches, 1988) como um dilema institucional brasileiro.

O terceiro fator refere-se à tibieza do Estado brasileiro em promover reformas no sentido da tributação progressiva, que desonere os mais pobres e taxe o patrimônio, a renda e a herança. A regressividade do sistema tributário brasileiro, ao incidir forte e predominantemente sobre o consumo, penaliza as classes trabalhadoras e as camadas médias. Ademais, ele concentra a renda na aplicação dos recursos federais. Segundo Heráclio Camargo, procurador da Fazenda Nacional, em 2015, o Bolsa Família vai alocar R\$ 25 bilhões. No mesmo ano, o governo gastará em amortização e juros da dívida pública interna mais de R\$ 1 trilhão. Para ambos, o dinheiro vem de arrecadação de impostos. Só que o Bolsa Família beneficia quarenta milhões de pessoas. Do outro lado, um número seletivo de brasileiros, umas duzentas mil famílias, cerca de um milhão de pessoas, e mais um punhado de especuladores internacionais que detêm os títulos da dívida pública, vão ficar com o R\$ 1 trilhão. Cabe reiterar: *para quarenta milhões de pessoas, R\$ 25 bilhões; para um milhão de pessoas, quarenta vezes mais, R\$ 1 trilhão*. E assim voltamos ao Brasil Colônia e à tradição oligárquica de nosso sistema tributário, que continua a beneficiar os poucos de sempre e drena os recursos que deveriam ser alocados em saúde, educação e proteção social (*Estadão*, 11-4-2015). Outra medida que se faz urgente e que poderia contrapor-se à alternativa ortodoxa e recessiva em curso é a regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas, que possibilitaria mexer estruturalmente no País e chamar atenção para a alta concentração de renda, incrementada pela política econômica. Esse tributo, já incorporado em muitos países, foi contemplado na Constituição de 1988, mas até hoje não se tornou lei. Além das grandes fortunas, há que se tributar mais fortemente o capital especulativo e os lucros dos bancos.

O quarto fator que retrata a *decrepitude* do neodesenvolvimentismo social-democrata, no Brasil, é a completa perda de autonomia do Estado nacional sobre a formulação da política econômica em consonância com as necessidades sociais e de forma compatível com uma estratégia de desenvolvimento soberana. O Brasil está integralmente subordinado à dinâmica do capitalismo bancário-financeiro apátrida, volátil e não produtivo. Não há uma auditoria sobre a dívida pública e os exorbitantes gastos financeiros

do Estado brasileiro são provocados pelo que Maria Lúcia Fattorelli¹⁵ chama por “sistema da dívida pública”. Um mecanismo institucionalizado de drenagem de recursos públicos, extraídos em sua maior parte das classes médias e de baixa renda, e canalizados para o setor bancário-financeiro, por meio do endividamento do Estado (*Carta Capital*, 9-6-2015).

Esta sucessão de crises é potencializada pela inoperância da coalizão reeleita, que se dedica ao cumprimento fidedigno do programa econômico da coalizão liberal-rentista a que fizera oposição durante toda a campanha presidencial. O governo Dilma Rousseff prometeu aprofundar o ímpeto desenvolvimentista do Estado brasileiro, verificado nos últimos anos, responsável pelas menores taxas de desemprego da história, pela política de valorização do salário mínimo e pelas medidas de erradicação da pobreza extrema. Todavia, vem executando precisamente o oposto do que fora prometido, o que configura grave estelionato eleitoral e desrespeito para com a população, sobretudo os mais pobres, penalizados pela dinâmica financeira de ajuste.

Conforme ressaltado, a crise pela qual o Brasil vem passando tem componentes diversos, o que vem afetando mormente as suas *capacidades estatais* de implantação de políticas públicas estratégicas. Segundo Weaver & Rockman (1993), entre as capacidades estatais se incluiriam: (1) definir prioridades entre as diferentes demandas feitas ao poder público; (2) canalizar os recursos onde sejam mais efetivos; (3) inovar quando for necessário, ou seja, sempre que velhas políticas demonstrem sinal de esgotamento; (4) coordenar objetivos em atrito; (5) poder impor perdas a grupos poderosos; (6) garantir a efetiva implantação das políticas, logo após terem sido definidas; (7) representar os interesses difusos e menos organizados, além dos poderosos e mais organizados; (8) garantir a estabilidade política para que as políticas públicas possam ter tempo de maturação na sua implantação; (9) gerenciar divisões políticas de modo que garanta que não haja atritos internos.

15 É auditora fiscal da Receita Federal, desde 1982, e coordenadora do movimento pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública Brasileira. Foi, recentemente, convidada pelo Syriza para compor o Comitê pela Auditoria da Dívida Grega. Participou de processo análogo no Equador, cujo governo conseguiu, após a auditoria de sua dívida, depurar várias ilegalidades e distorções em seu cálculo. Como consequência, esse país reduziu os gastos financeiros do Estado, o que permitiu elevar os gastos sociais e o investimento público, imprescindíveis ao seu desenvolvimento. Segundo ela, para o ano de 2012, com base em dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e da Auditoria Cidadã da Dívida, enquanto os gastos com o serviço da dívida pública consumiram praticamente 44% do Orçamento Geral da União, a Previdência Social representou 22,47%; a saúde ficou com somente 4,17%; transportes (0,70%); saneamento (0,04%); gestão ambiental (0,16%) e a indústria com apenas 0,16% (Fattorelli, 2013).

Ao interpretarmos a recente conjuntura nacional, à luz das capacidades estatais conceituadas pela literatura acima, sobretudo a partir dos números 4, 5, 7, 8 e 9, respectivamente, podemos identificar que, primeiramente, o atual governo é marcado pela falta de coordenação de objetivos em atrito; ou seja, não se comunica entre si e tampouco com a sociedade que o reelegeu e que é objeto de políticas públicas. Vem perdendo a sua base social e tampouco se aproxima dela. Em segundo lugar, o governo mudou o rumo da política econômica, em 2012, e baixou as taxas de juros dos bancos privados a fim de estimular o investimento produtivo e reforçar os bancos públicos. Por parte da coalizão outrora desenvolvimentista, isso configurou uma verdadeira *inflexão* ao tentar domesticar o capitalismo financeiro. Não obstante essas iniciativas relevantes, o governo vem sendo incapaz de impor perdas a grupos poderosos, e a ortodoxia fiscal, coadunada à financeirização, vem gozando de hegemonia no Brasil, em detrimento da sociedade. Terceiro, o governo reeleito vem representando os interesses poderosos e mais organizados do capitalismo rentista vinculado às finanças internacionais e integralmente dissociado dos interesses nacionais. Por outro lado, os interesses difusos e menos organizados provenientes da sociedade são relegados a um patamar secundário. Quarto, a estabilidade política, essencial para que as políticas públicas possam ter tempo de maturação na sua implantação, constitui a exceção num contexto de escândalos de corrupção envolvendo a classe política, burocratas do Estado e grandes conglomerados econômicos. Corre-se o risco de grave paralisia decisória e ameaça à governabilidade democrática, com reverberações sociais negativas, uma vez que a pauta das políticas públicas acaba perdendo centralidade na arena decisória das elites do Estado. Finalmente, o Governo vem sendo incapaz de gerenciar divisões políticas de modo que garanta que não haja atritos internos. Um exemplo é o conflito entre o ministro da Fazenda, Joaquim Levy,¹⁶ por um lado, e a ala política do Governo e do Ministério do Planejamento — encabeçada por Nelson Barbosa — acerca do tamanho do aperto nas contas públicas para garantir o cumprimento da meta de superávit primário, em 2015, de 1,1% do PIB. Enquanto o primeiro afirma que reduzir a meta fiscal é uma “ilusão” e

16 Em entrevista concedida ao jornal *Folha de S.Paulo*, o ministro da Fazenda disse o seguinte sobre o ajuste fiscal: “Não estamos fazendo um ajuste colossal. A fraqueza da economia vem de incertezas, indefinições, de o ajuste não estar completo. As empresas estão reticentes. Se a pessoa não sabe quanto tempo vai demorar o ajuste, ela não tem condições de tomar decisões. Não tomando decisões, diminui o investimento, diminuindo a capacidade da economia” (*Folha de S.Paulo*, 19-7-2015).

poderá até levar a um aprofundamento do arrocho, a ala política do Governo e o ministro do Planejamento defendem uma redução imediata da meta fiscal para 0,6%, em virtude do agravamento da recessão (*Folha de S.Paulo*, 19-7-2015).

De fato, tanto do ponto de vista político como econômico, a erosão e o desmonte das capacidades estatais¹⁷ estão em curso no Brasil. E tais capacidades são cruciais para a implantação de políticas públicas. Conjugado a isso está a realização de um ajuste fiscal recessivo que é demasiadamente funesto ao tecido social da democracia.

4. Resiliência do Neoliberalismo Financeiro-Parasitário: declínio do pleno emprego e ameaça ao Estado do Bem-Estar Social no Brasil

Tendo em vista o giro de 180 graus levado a efeito na política macroeconômica, o ajuste fiscal em curso não incide sobre o setor financeiro parasitário, mas sobre os trabalhadores e a nova classe C emergente, que corre risco de grave retrocesso social. Em sintonia com a ortodoxia neoclássica e praticando um verdadeiro estelionato eleitoral, o Governo Dilma Rousseff iniciou o segundo mandato editando duas Medidas Provisórias: as MPs 664 e 665, que dificultam a obtenção do auxílio-doença e de pensão por morte, além do direito ao seguro-desemprego e de diminuir o abono salarial e o seguro-defeso (pescadores). Tais medidas impopulares foram editadas sem um diálogo prévio com as centrais sindicais e os trabalhadores, configurando um verdadeiro insulamento burocrático (Nunes, 2003), uma vez que o Governo tomou essa decisão de forma centralizada e à revelia do escrutínio público. Deliberadamente, o Executivo decidiu sobre o futuro dos trabalhadores por métodos obscuros e sem mecanismos de

17 Não obstante, embora diferentes administrações e regimes políticos usassem múltiplos mecanismos para recrutar a burocracia, o Executivo Federal tem sido sempre capaz de construir capacidade burocrática para lidar com suas prioridades. Ainda que repleto de paradoxos, o sistema burocrático tem sido um dos elementos-chave que contribuem para a modernização do Estado brasileiro. Desde os anos 2000, contudo, o Estado brasileiro tem priorizado a profissionalização e qualificação de uma burocracia recrutada por meio de seleção competitiva. Em 2003, com a mudança nos partidos políticos ocupando o Executivo Federal, a proposta para fortalecer as carreiras estratégicas centrais foi substituída por uma agressiva política de recrutamento de funcionários públicos, especialmente dos dotados de formação universitária. De 2003 a 2010, 206.284 novos servidores foram admitidos por meio de concurso público. Houve aumento não somente da força de trabalho no Governo Federal, mas também dos servidores públicos com grau universitário de 183.303, em 1997, para 223.404, em 2009, representando 45% dos empregados federais, em 2009 (Souza, 2013).

transparência e *accountability*. Paradoxalmente, o Governo que se intitula de centro-esquerda marginalizou a sua principal base social (os trabalhadores) do processo decisório acerca das políticas públicas que o afeta diretamente.

Para além do Poder Executivo, o Legislativo também capitaneou medidas aviltantes contra os direitos laborais. A eleição do Congresso mais conservador dos últimos tempos, composto majoritariamente por empresários, ruralistas e militares, vem contribuindo para a implantação de uma legislação frouxa em matéria de proteção ao trabalho. Um exemplo é o PL 4.330/2004, que libera as empresas e estatais para terceirizar toda a cadeia produtiva, como as relacionadas às atividades fim e meio. Por exemplo, a atividade fim de uma indústria automobilística é fabricar carros, ao passo que a atividade meio diz respeito à manutenção, segurança, faxina, serviço de refeitório, etc. Trata-se de um tema polêmico, que mais uma vez opõe o Governo à parte de sua base aliada. A terceirização é uma das principais bandeiras do empresariado, que argumenta que a medida dará segurança jurídica, liberdade operacional, redução de custos e competitividade às empresas, com efeitos na economia. Por outro lado, a terceirização é condenada pelos sindicalistas, com o argumento de que fragilizará a organização dos trabalhadores e, conseqüentemente, sua força de negociação e poder de barganha com as empresas. O PL 4.330/2004 foi aprovado na Câmara dos Deputados e será enviado para votação no Senado Federal (Câmara dos Deputados, 22-4-2015), mas não conta com o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros. Veta-se, portanto, a possibilidade de um consenso desenvolvimentista.

No esforço do ajuste fiscal ortodoxo¹⁸ para garantir o cumprimento da meta de superávit primário — a economia para o pagamento de juros da dívida pública —, o Governo fez o maior corte dos últimos anos, equivalente a R\$ 69,9 bilhões nas despesas do Orçamento de 2015. O superávit primário do setor público ficou em 1,1% do PIB, ou R\$ 66,3 bilhões. Do total do contingenciamento de R\$ 69,9 bilhões, R\$ 48,06 bilhões são de ações previstas na proposta original do Orçamento, sendo R\$ 25,7

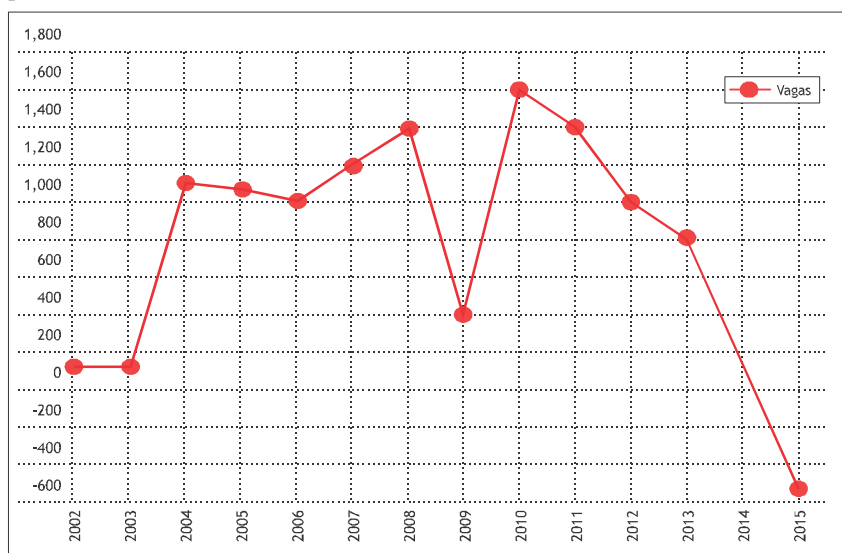
18 O Governo afirma que o ajuste não somente afeta o “andar de baixo”, mas também o “andar de cima”. Para tanto, a alíquota da CSL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) paga pelos bancos foi elevada de 15% para 20%, o que vai gerar uma receita de R\$ 3,8 bilhões por ano. Para 2015, a Receita Federal estima um ganho de R\$ 747 milhões (*Folha de S.Paulo*, 22-5-2015).

bilhões do PAC e R\$ 22,9 bilhões de outras despesas; e ainda R\$ 21,4 bilhões de emendas parlamentares. Com orçamento de R\$ 13 bilhões (36% a menos do que o inicialmente previsto), o *Minha Casa, Minha Vida* terá o ritmo das obras reduzido. Por ministério, os maiores cortes ocorreram nas seguintes pastas: Cidades (R\$ 17,2 bilhões), Saúde (R\$ 11,8 bilhões) e Educação (R\$ 9,4 bilhões) (*O Globo*, 22-5-2015).

Os impactos do ajuste recessivo¹⁹ e da desaceleração econômica já se fazem sentir no mercado de trabalho e na renda das famílias, o que provavelmente dificultará a saída da recessão. Segundo dados do Caged/MTE (16-7-2015), o mercado de trabalho formal fechou 111.000 vagas, em junho de 2015, constituindo o pior resultado para o mês, desde o início da série histórica, em 1992. A situação deve piorar e o País pode registrar perda de um milhão de empregos, em 2015. No semestre, o País fechou 345.000 vagas, o pior resultado, desde 2002. A última vez que o mês de junho apresentou saldo negativo foi também em 1992, há vinte e três anos, quando foram fechados 3,7 mil postos. Os dados mostram que, pela primeira vez, desde 2003, quando se iniciou o Governo do PT, os salários médios dos trabalhadores no momento da admissão apresentaram queda real no primeiro semestre. A média para os primeiros seis meses do ano caiu de R\$ 1.271,10 por trabalhador, em 2014, para R\$ 1.250,39, neste ano (*Estadão*, 17-7-2015).

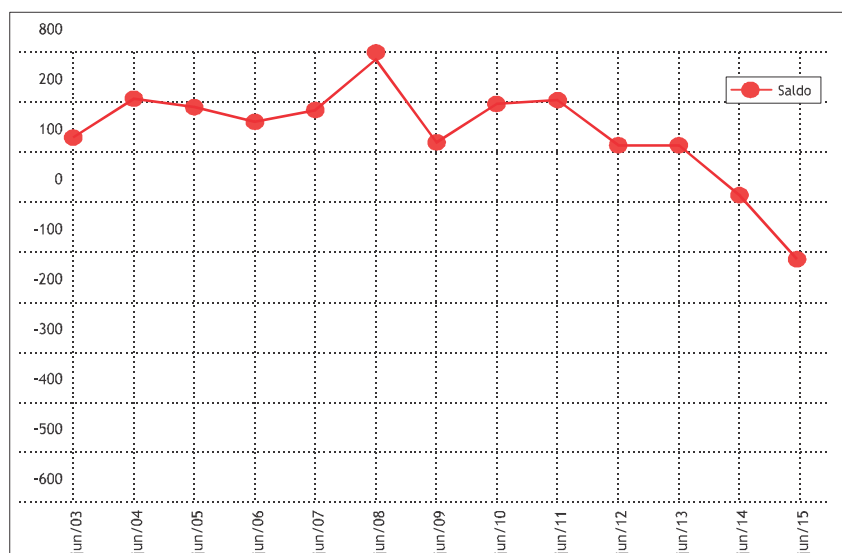
19 Além do contingenciamento de R\$ 69,9 bilhões, houve um corte adicional de R\$ 8,47 bilhões nas despesas do Governo Federal que atingiu também a Educação, a Saúde e outras áreas sociais. *A Saúde perderá mais R\$ 1,7 bilhão e a Educação, R\$ 1,165 bilhão.* A área mais atingida, em termos percentuais, foi o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que teve suas dotações cortadas em mais 15,1%, em relação ao limite anterior fixado em maio. As dotações da Secretaria de Direitos Humanos receberam um corte adicional de 14,4%, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de 14,2%, o Ministério do Esporte de 13,9% e o Ministério da Pesca e da Aquicultura de 12,7%. O Ministério da Cultura terá de cortar mais R\$ 89 milhões, ou 11,7% do limite fixado em maio. O Ministério da Justiça perdeu mais 11,4% de suas dotações. A Advocacia Geral da União (AGU) e a Controladoria-Geral da União (CGU), no entanto, não sofreram corte adicional, além do realizado em maio. *As dotações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tiveram corte adicional de R\$ 305 milhões*, o que equivale a 1% do limite fixado em maio. O corte adicional de R\$ 8,47 bilhões foi anunciado pela equipe econômica como medida necessária para permitir que o superávit do Governo Federal (que compreende o Tesouro, a Previdência, o Banco Central e as estatais federais) fique em R\$ 5,8 bilhões ou 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB). A meta para todo o setor público, neste ano, foi reduzida de 1,13% do PIB para 0,15% do PIB. *Com o novo corte, o contingenciamento total chega, portanto, a R\$ 79,35 bilhões e é o maior já realizado pelo Governo Federal na história* (*Valor Econômico*, 30-7-2015).

Gráfico 8. Saldo entre contratações e demissões em meses de junho (acumulado no primeiro semestre)



Fonte: MTE; *Estadão*, 17-7-2015).

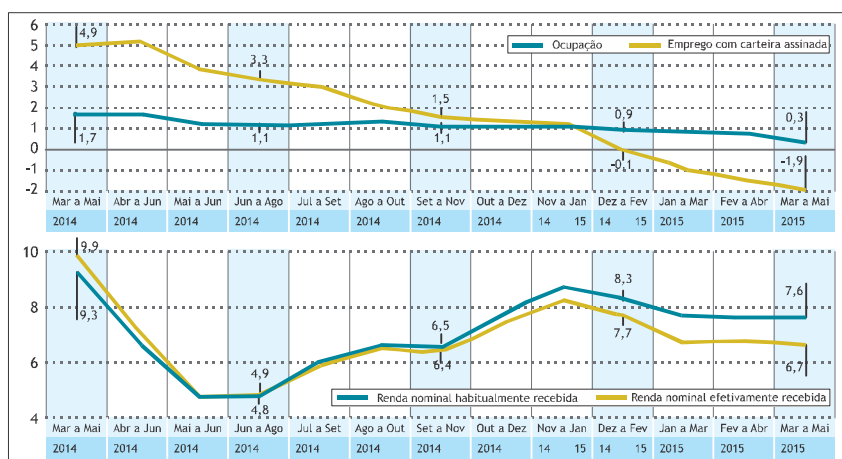
Gráfico 9. Saldo entre contratações e demissões em meses de junho (mês)



Fonte: MTE; *Estadão*, 17-7-2015).

Segundo dados da pesquisa IBGE/Pnad²⁰ (9-7-2015), a taxa média de desemprego no País aumentou para 8,1%, no trimestre encerrado em maio. A taxa de desemprego era de 7%, no mesmo período do ano passado, e de 7,4%, no intervalo imediatamente anterior (dezembro a fevereiro). O desemprego aumentou porque 1,566 milhão de pessoas entraram no mercado de trabalho, mas apenas 297.000 encontraram emprego. O número de pessoas desempregadas no País aumentou, assim, em 1,269 milhão na comparação ao mesmo período do ano passado. A população desempregada no trimestre encerrado em maio cresceu 18,4% ante o mesmo período do ano passado. São 8,157 milhões de desempregados. Uma das razões para o aumento da procura por emprego no País é a *queda da renda*. Mais e mais pessoas voltam ao mercado de trabalho buscando recompor a renda da família. Para tentar conter o aumento do desemprego, o Governo encaminhou ao Congresso, em 6-7-2015, uma medida provisória que permite a redução da jornada de trabalho em até 30%, com redução do salário. Chamada de Programa de Proteção ao Emprego (PPE), a proposta prevê que, no caso da redução de 30% do salário, o trabalhador receberá na prática 15% a menos, já que outros 15% serão complementados pelo Governo com recursos do FAT (*Folha de S.Paulo*, 9-7-2015; *Valor Econômico*, 10-7-2015).

Gráfico 10. Indicadores da Pnad contínua (variação sobre o mesmo trimestre do ano anterior)



Fonte: IBGE, *Valor Econômico*.

²⁰ A Pnad Contínua é a mais abrangente pesquisa de emprego do IBGE e considera informações de 3.500 municípios do País, ao passo que a PME (Pesquisa Mensal de Emprego) investiga as seis principais regiões metropolitanas — Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

A desaceleração e a deterioração adicional do mercado de trabalho também se evidenciam no setor de serviços que, segundo a Pnad Contínua, responde por 48% da ocupação total. Entre os setores, o pior desempenho foi o da construção civil, que reduziu o total de funcionários em 8% sobre o trimestre móvel, encerrado em maio de 2014 — o que sugere que parte desses desempregados possa estar migrando para o serviço doméstico ou fazendo “bicos”. Um elemento a ser salientado é o aumento do trabalho por conta própria, que cresceu 0,5% no grupo dos trabalhadores domésticos, expondo a precarização em curso no mercado de trabalho. Há perdas na renda variável, algo comum em cenários de recessão como o atual, como, por exemplo, o trabalhador que costumava fazer horas extras e não faz mais; e de um garçom que tinha parte da renda mensal atrelada às gorjetas e que, agora, tem visto esse rendimento cair. O crescimento dos ocupados nos serviços domésticos ocorre simultaneamente à queda de ritmo do comércio e do segmento de serviços (IBGE/Pnad, 9-7-2015; *Valor Econômico*, 10-7-2015).

Diante da desaceleração de investimentos nas empresas, as vagas começaram a cair. A demanda para retirar trabalhadores de um segmento menos qualificado para um mais qualificado ficou estagnada. Isto significa dizer que é possível que uma pessoa que perde o emprego no comércio vá trabalhar no serviço doméstico. Em um mercado de trabalho volátil, rotativo e precarizado como o brasileiro, as pessoas procuram retorno mesmo que seja no emprego doméstico. O sindicato dos empregados domésticos da região metropolitana de São Paulo nota, desde agosto de 2014, procura até 30% maior por emprego em virtude das demissões nos setores de comércio e serviços. Nos últimos doze meses, de cada cem brasileiros que entraram no mercado de trabalho, dezenove encontraram emprego e os outros oitenta e um ficaram desempregados. E o emprego encontrado não foi com carteira de trabalho assinada, nem sem carteira, mas por conta própria, doméstico ou empregador. Os dados do primeiro trimestre mostram que *os novos desempregados são mais escolarizados* que o estoque de pessoas que já procurava emprego. No início de 2014, entre o total de desempregados, 51% estavam no grupo com maior escolaridade, com pelo menos onze anos de estudo: 37% tinham ensino médio completo, 5,6% possuíam superior incompleto e 8,6% já haviam completado o ensino superior. *Entre os novos desempregados, os com maior escolaridade representam 67% do total: entre o primeiro trimestre de 2014 e igual período de 2015, 40% tinham ensino médio completo, 12,6% tinham ensino superior incompleto e 14,5% já estavam graduados* (*Valor Econômico*, 10-7-2015).

A recessão vem afetando a sustentabilidade do mercado doméstico de consumo de massas enquanto uma dimensão estratégica do *Novo-Desenvolvimentismo Democrático* (2003-2015). Assim, *a capacidade das famílias brasileiras de consumir bens e serviços ao longo de um mês encolheu em R\$ 16 bilhões neste ano*. Com a inflação em alta, o desemprego crescente e o crédito restrito, o poder de compra das famílias, propulsor da economia nos últimos anos, está em queda pela primeira vez, desde 2003, e deve manter-se em baixa nos próximos meses. O poder de compra das famílias foi de R\$ 240 bilhões, na média mensal de janeiro a maio — 6,2% menor do que em igual período de 2014 (R\$ 256 bilhões) (*Folha de S.Paulo*, 26-7-2015).

O quadro de ajuste ortodoxo também se verifica nas universidades federais com a proliferação de greves e corte de gastos. Em entrevista, Roberto Leher, reitor e professor titular da Faculdade de Educação da UFRJ, ressalta a redução de investimentos no ensino superior público em favor de programas como ProUni e Fies, que financiam matrículas e bolsas em instituições privadas. Segundo ele, a Universidade chegou no meio do ano de 2015 com um déficit aproximado de R\$ 110,115 milhões e terá um corte nos recursos do investimento de 50%, constituindo uma contradição com o lema (“Pátria Educadora”) da coalizão dominante no poder, e inviabilizando a conclusão das obras inacabadas. As dívidas acumuladas contribuirão para os atrasos em fornecimentos básicos como limpeza, segurança e portaria, que constituem os terceirizados. Embora as matrículas da Universidade tenham crescido 66%, não consegue dar conta do passivo. Ainda de acordo com o reitor, o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, ainda que tenha sensibilidade para o problema da universidade pública, não usufrui de força política para um projeto mais autônomo. O constrangimento da área econômica, do planejamento é muito forte. Isso significa dizer que, para a universidade, quem tem a solução é o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e não o ministro da Educação (*O Globo*, 6-7-2015).

Retomando a interlocução com Karl Polanyi, a análise do Brasil contemporâneo aponta para a supremacia do *princípio do liberalismo econômico* — que visa estabelecer um *mercado autorregulável* por meio do *laissez-faire* como método — sobre o *princípio da proteção social* (Polanyi, 2000). A decrepitude dos indicadores sociais, o declínio da renda dos mais pobres e a possibilidade de reversão do legado de inclusão dos últimos anos sugerem que o que está em voga é uma grave crise do *Estado do Bem-Estar*

Social e a *decomposição* da *variedade de capitalismo de Estado* no Brasil. A crise — e a apatia decisória governamental que a sucede — é potencializada pelo *recrudescimento* das políticas recessivas de saneamento fiscal e financeiro, instauradas nos anos 1990, quando da hegemonia do receituário neoclássico do *Consenso de Washington*.²¹

Nesse sentido, o atual modelo econômico brasileiro e seu regime de acumulação de capital e de baixo crescimento emergiram das transformações estruturais dos anos 1990, promovidas pelas medidas liberalizantes e pelos interesses da alta finança, que já operava em mercados globais essencialmente rentistas e curto-prazistas. Tecnicamente, o modelo instituído não o foi para o desenvolvimento do País, mas cumpria prioritariamente exigências internas — as pressões dos grandes bancos que haviam perdido os ganhos inflacionários com o Plano Real e para os quais, quando a inflação caiu, uma das medidas do Estado brasileiro foi a troca imediata da “hiperinflação” pelo “hiperjuro”, além dos programas governamentais Proerne Proes.²² No plano externo, os organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, que são as instituições encarregadas de formatar as economias em desenvolvimento de acordo com os interesses das grandes potências e do capital financeiro internacional, pressionavam o Governo para a implantação do novo consenso de política econômica (o famoso “tripé” ortodoxo: regime de metas de inflação + superávits fiscais primários permanentes + câmbio flutuante com viés de apreciação real (Bruno, 2015).

Atrelada aos programas de privatizações, nos quadros de um padrão de inserção internacional subordinado às finanças globais, a abertura financeira e comercial do Brasil revelou-se amplamente favorável ao setor

21 De forma contrastante, algo muito diferente se deu na Ásia, onde as reformas econômicas trouxeram em seu bojo a visão (certa ou errada) de um mecanismo pragmático direcionado à eliminação de constrangimentos financeiros e produtivos específicos. Em síntese, os países asiáticos de forma geral, ao invés de implantarem reformas como mecanismos para reverterem estratégias industrializantes existentes, colocaram-nas em prática visando a continuidade e o fortalecimento de processos ambiciosos dentro de suas estratégias de desenvolvimento. Os exemplos de êxito são os Estados desenvolvimentistas do Leste Asiático como Coreia do Sul, Taiwan e Singapura bem como a República Popular da China; na Ásia Central, que contaram com a *centralidade institucional do Estado* e elites nacionais poderosas, dotadas de maior *autonomia política* em face do mercado e capazes de criar *burocracias weberianas eficientes*. Outrossim, tanto a estrutura como a capacidade dos Estados desenvolvimentistas dependeram não apenas da natureza e extensão da ameaça externa (vulnerabilidade sistêmica, que é estrutural), mas também da capacidade de formar uma “coalizão minimamente vencedora” (Chang, 2004, 2003; Chang & Evans, 2000; Diniz, 2013; Evans, 2005, 1999, 1993; Kohli, 2009, 2004; Leftwich, 2010; Palma, 2011; Reinert, 2007; Skocpol, 1985; Wade, 1990), o que carece no Brasil de hoje.

22 Proer significa Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e foi implantado no Governo Fernando Henrique Cardoso. Já Proes é a sigla do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária.

bancário e seus sócios nacionais e estrangeiros na acumulação rentista-patrimonial. Os governos petistas herdaram do PSDB esse modelo neo-liberal-dependente-financeirizado²³ e, optando por um projeto de poder e governabilidade a qualquer preço, jamais o questionaram ao assumir o Executivo Federal, mas lhe acoplaram novas políticas sociais distributivas e ampliaram as já existentes. De um ponto de vista analítico, o Estado e o Governo apresentam-se completamente subordinados aos interesses dos grandes bancos e da alta finança liberalizada, tornando o Brasil ainda mais dependente no cenário internacional e mais um estudo de caso entre os muitos já disponíveis sobre os processos de financeirização das economias atuais. Por isso, as economias financeirizadas mantêm-se em trajetórias de baixo e instável crescimento. Trata-se de um fenômeno mundial, mas que guarda suas especificidades nacionais (Bruno, 2015).

A subordinação do Estado é patente com a consequente perda de autonomia para formatar e gerir a política econômica em conformidade com as necessidades sociais e de forma compatível com uma estratégia consistente de desenvolvimento. O investimento produtivo de longo prazo permanece irrealizável sem os financiamentos providos pela tríade de bancos públicos: BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Os mercados financeiros monitoram tudo, todos os passos do Governo, como se a economia tivesse de se estruturar apenas ou prioritariamente para eles e não para as necessidades da indústria, dos trabalhadores e dos demais setores produtivos. Na economia brasileira atual, o padrão de inserção internacional, o regime monetário-financeiro e a concorrência oligopolista são as componentes-chave, pois hierarquicamente superiores, na arquitetura institucional em que se baseia o regime de crescimento. Hierarquicamente superiores significa que câmbio flutuante com viés de apreciação real, sistema de metas de inflação sob as mais altas taxas reais de juros do planeta e busca permanente de superávits fiscais primários que limitam as políticas pró-crescimento do Estado são peças necessárias, pois compatíveis com essa arquitetura formatada *pelos e para* os interesses dos setores beneficiários diretos do modelo econômico vigente (Bruno, 2015).

Diferentemente dos países asiáticos, também inseridos na economia global, o padrão de inserção internacional do Brasil prioriza a acumulação

23 Os trabalhos sobre os processos de financeirização das economias atuais são unânimes em destacar que nesses regimes de crescimento econômico, não apenas os bancos centrais permanecem subordinados aos interesses da alta finança liberalizada, mas a política fiscal perde autonomia e não pode ser mobilizada para promover o desenvolvimento industrial, como fazem os países asiáticos (Bruno, 2015).

financeira em detrimento do investimento produtivo e do potencial exportador do País. O Estado torna-se o fiador dos compromissos institucionalizados entre as finanças domésticas e os mercados globais, de maneira que garanta a continuidade da acumulação financeira com proeminência da renda de juros que ele mesmo é forçado a pagar. Apesar da zeragem da dívida pública externa, o endividamento público interno permanece em níveis muito elevados. Como principal eixo de um processo de financeirização muito diferente do observado em países com taxas de juros baixas, *a dívida interna do Estado brasileiro torna-se um entrave para a expansão do investimento público e para a ampliação das políticas sociais* que o Governo ainda pode exibir como trunfo. O famigerado tripé ortodoxo pressupõe, para sua funcionalidade, a formatação neoliberal da economia brasileira (Bruno, 2015). Portanto, eis o neoliberalismo resiliente que, diante da tibieza da coalizão governativa dominante, degenera progressivamente o tecido social da democracia brasileira.

5. Considerações finais

À luz de contundentes dados empíricos mobilizados e de uma interlocução com a bibliografia nacional e internacional atualizada, esta pesquisa procurou responder a algumas questões concernentes à crise do *Estado do Bem-Estar Social* e ao declínio da *variedade de capitalismo* de Estado de viés neodesenvolvimentista-social-democrata no Brasil contemporâneo. Em primeiro lugar, os dados mostram que o Brasil não vem adotando uma estratégia de desenvolvimento, após o esgotamento do ciclo das *commodities* que vigorou na primeira década do Novo Milênio. Há que se instituir, urgentemente, um novo ciclo de desenvolvimento, pois não há mais espaço para a dependência de produtos primários em um mercado internacional cada vez mais protecionista e instável. Segundo, a variedade de capitalismo de Estado no Brasil está em declínio em razão do baixo crescimento, da crise fiscal e do ajuste ortodoxo-recessivo que não garante o reequilíbrio macroeconômico, a retomada da confiança dos atores econômicos e o restabelecimento do crescimento. Ademais, a crise político-econômica vem deteriorando o tecido social e decretando a falência múltipla do “presidencialismo de coalizão” e do *consenso de classes* que vigoraram durante o lulismo e esfacelaram-se no Governo Dilma Rousseff. Terceiro, no ordenamento corporativo de representação de interesses que regula as

relações capital/trabalho no Brasil, desde a Era Vargas, a crise da variedade de capitalismo neodesenvolvimentista-social-democrata se consubstancia a partir de uma tendência contraproducente com relação aos direitos trabalhistas. Tal tendência está assentada na flexibilização e precarização das relações laborais, iniciativas essas encabeçadas pelo Congresso Nacional, cuja bancada empresarial é muito significativa. No tocante à relação Estado-empresariado industrial, há uma cisão entre esses dois atores estratégicos, em virtude da insatisfação do segundo com o aumento de impostos levado a cabo pelo primeiro para a consecução do ajuste fiscal. Bem assim, para desacelerar a inflação, o aumento sucessivo da taxa de juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom) — que chegou a 7,25%, em outubro de 2012 (Banco Central, 10-10-2012), o patamar mais baixo da história; atualmente, está em 14,25% (*O Globo*, 29-7-2015) — somente oblitera os investimentos produtivos, encarece o capital de giro das empresas, inibe o consumo das famílias e agrava a tendência recessiva da economia. Aguça-se, portanto, a transferência de renda da sociedade para a fração bancári-financeira-parasitária, aumentando exponencialmente o lucro dos bancos e reduzindo a massa salarial dos trabalhadores. Não há *Estado do Bem-Estar Social* que resista à tamanha predação orquestrada pelo sistema financeiro. Nesse sentido, os economistas porta-vozes das agências de classificação de risco defendem o argumento de que *as despesas públicas não cabem no tamanho do Brasil*. Isso evidencia a letalidade dessa dinâmica financeira apátrida, que é insustentável para a sociedade brasileira, uma vez que arca com o ônus do ajuste ortodoxo. O perigo é que o Brasil se assemelhe à situação da Grécia a médio prazo; nação integralmente subjugada à volição especulativa e estelionatária dos mercados financeiros e das agências de classificação de risco. Esta pesquisa considera que o rentismo financeiro viola os princípios da *Constituição de 1988*, dedicada à construção de um Estado Social, cujas premissas são a ampliação da rede de proteção social e a promoção da cidadania. Tais medidas, portanto, demandam a expansão do gasto social público, o que é incompatível com a retórica ortodoxa assentada em ganhos de curto prazo.

Além de analisar a conjuntura brasileira contemporânea e a degeneração de um ciclo de desenvolvimento vinculado ao renascimento da ortodoxia, esta pesquisa tem o objetivo de ser crítica e propositiva, no sentido de apontar possíveis soluções para a *crise endógena*. Para tanto, apresentamos alguns argumentos derradeiros a seguir. Em face de um Parlamento de

cunho conservador legislando *para e pelo* poder econômico, em detrimento da população, verifica-se uma atuação em causa própria e avessa ao interesse nacional brasileiro, uma vez que não prioriza de forma democrática e republicana as grandes questões públicas. Soma-se a isso a inércia e subalternidade do Poder Executivo diante da hegemonia do capitalismo financeiro e da impossibilidade de formular uma estratégia consistente de desenvolvimento tendo em vista exclusivamente a Nação. Tanto o Legislativo como o Executivo e as agremiações partidárias são destituídas da confiança da soberania popular por conta dos sucessivos escândalos de corrupção. Há inúmeros “pontos de veto” na democracia brasileira, que inviabilizam o robustecimento do Estado Social e a redução sistemática das históricas desigualdades sociais. Eles são representados por instituições e atores como o Congresso Nacional (Senado Federal + Câmara dos Deputados), o empresariado — destituído de “espírito animal” e refratário à promoção do investimento produtivo em momentos de crise — e a fração do capital bancário-financeiro especulativo doméstico e global. Inviabiliza-se, por conseguinte, a instauração de um Projeto Nacional de longo prazo, inclusivo e sustentável.

Na atual conjuntura, é imperiosa a emergência de uma coalizão política com capacidade de liderança, penetração na sociedade e que estabeleça um governo estruturador de um *Projeto Nacional Desenvolvimentista* de cunho eminentemente *Soberano, Popular e Trabalhista*. Tal coalizão deve ser capaz de impor um posicionamento descolado de grupos rentistas e especulativos refratários às políticas de promoção da cidadania e da autonomia nacional. Deve ser um governo republicano e sacralizar a dimensão pública em detrimento dos interesses privados deletérios e contraproducentes ao desenvolvimento da sociedade brasileira contemporânea. A conjuntura recente assinala o esgotamento de um ciclo, o que impõe repensar o papel do Estado, das instituições políticas, das políticas públicas e dos empreendedores econômicos devotados ao investimento produtivo. A Nação precisa de um governo nacional capaz de *domesticar o capitalismo financeiro* e garantir a *coesão do tecido social*, em vez de sua degenerescência suscitada pela apatia política diante do avanço da ortodoxia convencional. Trata-se de um governo dotado de capacidades e republicano, a fim de instaurar um novo ciclo de desenvolvimento e bem-estar, diante da hegemonia do antirrepublicaníssimo, na esfera política, e do recrudescimento do neoliberalismo, no âmbito econômico. A tarefa que urge neste cenário adverso é construir este novo Governo para um novo Estado.

Referências

- ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Iuperj, vol. 31, n.º 1, pp. 5-33, 1988.
- AMSDEN, Alice H. *The rise of “the rest”: challenges to the west from late-industrializing economies*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2001.
- ARRETCHE, Marta. *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. In: Marta Arretche (org.). São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Copom reduz taxa Selic para 7,25% ao ano*, 10-10-2012. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pt-br/Paginas/nota_copom_10_2012.aspx>. Acesso em 15-10-2012.
- BARTELS, Larry. *Unequal democracy: the political economy of the new gilded age*. Princeton: Russel Sage Foundation/Princeton University Press, 2008.
- BECKER, Uwe (ed.). *The Brics and emerging economies in comparative perspective: political economy, liberalisation and institutional change*. Londres: Routledge, 2013.
- BOSCHI, Renato. Politics and trajectory in Brazilian capitalist development”. In: Uwe Becker (ed.). *The Brics and emerging economies in comparative perspective: political economy, liberalisation and institutional change*. Londres: Routledge, 2013.
- BOSCHI, Renato. (Instituições, trajetórias e desenvolvimento: uma discussão a partir da América Latina”. In: Renato Raul Boschi (org.). *Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
- BOSCHI, Renato & GAITÁN, Flavio. Politics and development: lessons from Latin America. In: Renato Boschi & Carlos Henrique Santana (eds.) *Development and semi-periphery: post-neoliberal trajectories in South America and Central Eastern Europe*. Nova York: Anthem Press, 2012.
- BOSCHI, Renato & GAITÁN, Flavio. Gobiernos progresistas, agendas neodesarrollistas y capacidades estatales: la experiencia reciente en Argentina, Brasil y Chile. In: Maria Regina Soares de Lima (org.).

Desempenho de governos progressistas no Cone Sul: agendas alternativas ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: Edições IUPERJ, 2008.

- BOSCHI, Renato & LIMA, M. R. S. de. O Executivo e a construção do Estado no Brasil: do desmonte da Era Vargas ao Novo Intervencionismo Regulatório. In: L. Werneck Vianna (org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ-FAPERJ, 2002.
- BOSCHI, Renato & PINHO, Carlos. E. S. Metamorphoses of an economic crisis: the rise and decline of the variety of state capitalism and (new) developmentalism in Brazil (2003-2015). Paper prepared for presentation at the *Sase 27th Annual Conference: Inequality in the 21st Century*, July 2-4, 2015. Londres: The London School of Economics and Political Science, 2015.
- BOSCHI, Renato & PINHO, Carlos. E. S. Facing cyclical crisis: political responses of State developmentalism in Brazil (2008-2014). Paper prepared for presentation at the *The Third Wave of State Capitalism? Differential Adjustments to Globalization in Advanced Industrialized and Emerging Economies – Essays in Memory of Uwe Becker*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa (ICS-Ulisboa), Instituto de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED), 16 December, 2014.
- BOIX, Carles. *Democracy and redistribution*. Nova York: Cambridge University Press, 2003.
- BOIX, Carles. *Political parties, growth and equality: conservative and social democratic economic strategies in the world economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- BRESSER-PEREIRA. Além do ajuste, um acordo político. *Folha de S. Paulo*, 1.º-4-2015. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/articles/2015/28-A1%C3%A9m-do-ajuste.pdf>>. Acesso em 29-5-2015.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; OREIRO, José Luis & MARCONI, Nelson. *Developmental macroeconomics: new developmentalism as a growth strategy*. Londres: Routledge, 2014.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência*. São Paulo: Editora 34, 2014.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Structuralist macroeconomics and the new developmentalism. *Revista de Economia Política*, vol. 32, n.º 3, pp. 347-66, 2012.

- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- BRUNO, Miguel. Ortodoxia e pseudodesenvolvimentismo – nunca antes uma receita foi tão infeliz. *Insight Inteligência*, ano XVIII, n.º 69, abr.-mai.-jun. 2015. Disponível em <<http://insightnet.com.br/inteligencia/pdfs/69.pdf>>. Acesso em 16-7-2015.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Câmara aprova projeto que permite terceirização da atividade-fim de empresa, 22-4-2015. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/486413-CAMARA-APROVA-PROJETO-QUE-PERMITE-TERCEIRIZACAO-DA-ATIVIDADE-FIM-DE-EMPRESA.html>>. Acesso em 20-7-2015.
- CAMERON, David. R. Social democracy, corporatism, labour quiescence and the representation of economic interest in advanced capitalist society. In: J. Goldthorpe (ed.). *Order and conflict in contemporary capitalism*. Oxford: Clarendon Press, 143-78, 1984.
- CAGED/MTE. Caged: agricultura mantém crescimento, 16-7-2015. Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/caged-agricultura-mantem-crescimento-e-registra-44-650-novas-vagas-no-pais.htm>>. Acesso em 17-7-2015.
- CAMPOS, Pedro. H. P. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Editora da UFF, 2014.
- CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CARTA CAPITAL. *A dívida pública é um mega esquema de corrupção institucionalizado*, 9-6-2015. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/economia/201ca-divida-publica-e-um-mega-esquema-de-corrupcao-institucionalizado201d-9552.html>>. Acesso em 27-7-2015.
- CHANG, Há-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- CHANG, Há-Joon. *Globalisation, economic development and the role of the State*. Londres; Nova York; Penang: TWN/Zed Books, 2003.
- CHANG, Ha-Joon & EVANS, Peter *The role of institutions in economic change*, 2000. Paper prepared for the meeting of the “Other Canon” group, Venice, Italy, January 13-14. Disponível em <<http://www.econ.cam.ac.uk/faculty/chang/c&e-pdf.pdf>>. Acesso em 28-7-2015.

- DINIZ, Eli. Desenvolvimento e Estado desenvolvimentista: tensões e desafios da construção de um novo modelo para o Brasil do século XXI. *Revista de Sociologia e Política* [on-line], vol. 21, n.º 47, pp. 9-20, 2013. ISSN 0104-4478. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n47/02.pdf>>. Acesso em 24-1-2014.
- DOMINGUES, José Maurício. *O Brasil entre o passado e o presente: conjuntura interna e inserção internacional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. *Why we need a New Welfare State*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. After the Golden Age? Welfare States dilemmas in a global economy. In: Gosta Esping-Andersen (ed.). *Welfare States in transition: national adaptations in global economies*. Londres: Sage Publications, 1996.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. *Lua Nova*, n.º 24, pp. 85-116, set. 1991. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451991000200006&script=sci_arttext>. Acesso em 15-7-2014.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. *Politics against markets: the social democratic road to power*. Princeton: Princeton University Press, 1985.
- ESTADÃO. *Brasil fecha 345,4 mil vagas com carteira assinada no 1.º semestre*, 17-7-2015. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-fecha-345-4-mil-vagas-com-carteira-assinada-no-1o-semester,1727290>>. Acesso em 17-7-2015.
- ESTADÃO. Quem tem medo de impostos? Entrevista. Heráclio Camargo, 11-4-2015. Disponível em <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,quem-tem-medo-de-imposto,1667700>>. Acesso em 20-7-2015.
- EVANS, Peter. From situations of dependency to globalized social democracy". *Studies in Comparative International Development*, vol. 44, n.º 4, pp. 318-36, 2009. Disponível em <<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs12116-009-9049-9>>. Acesso em 29-7-2015.
- EVANS, Peter. Harnessing the State: rebalancing strategies for monitoring and Motivation. In: M. Lange & D. Rueschemeyer (eds.). *States and development. Historical antecedents of stagnation and advance*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005.
- EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n.ºs 28/29, pp. 107-56, 1993. Disponível em <<http://>

/www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451993000100006&script=sci_arttext>. Acesso em 9-1-2015.

FATTORELLI, Maria Lucia. *cidadã da dívida pública. Experiências e métodos*. Brasília: Inove Editora, 2013.

FOLHA DE S.PAULO. *Famílias brasileiras perdem R\$ 16 bi de seu poder de compra mensal*, 26/07/2015. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/07/1660481-familias-brasileiras-perdem-r-16-bi-de-seu-poder-de-compra-mensal.shtml>>. Acesso em 26-7-2015.

FOLHA DE S.PAULO. *Reduzir meta fiscal é ilusão e pode até aprofundar arrocho, diz Levy*, 19-7-2015. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/07/1657605-reduzir-meta-fiscal-e-ilusao-e-pode-ate-aprofundar-arrocho-diz-levy.shtml>>. Acesso em 20-7-2015.

FOLHA DE S.PAULO. *Governo confirma corte de R\$ 69,9 bi no orçamento; R\$ 25,7 bi só no PAC*, 22-5-2015. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/05/1632501-governo-confirma-corte-orcamentario-de-r-699-bilhoes-pac-sofre-bloqueio-de-r-257-bilhoes.shtml>>. Acesso em 6-6-2015.

FOLHA DE S.PAULO. *Gasto com juros da dívida é o que mais cresce no segundo governo Dilma*, 3-5-2015. Disponível em <<http://dinheiropublico.blogfolha.uol.com.br/2015/05/03/gasto-com-juros-da-divida-e-o-que-mais-cresce-no-segundo-governo-dilma/>>. Acesso em 31-5-2015.

FOLHA DE S.PAULO. *Taxa de desemprego sobe para 8,1% no trimestre encerrado em maio, diz IBGE*, 9-7-2015. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/07/1653642-taxa-de-desemprego-sobe-para-81-no-trimestre-encerrado-em-maio-diz-ibge.shtml>>. Acesso em 10-7-2015.

G1. *“Brincadeira” da desoneração se mostrou “extremamente cara”, diz Levy*, 27-2-2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/02/brincadeira-da-desoneracao-se-mostrou-extremamente-cara-diz-levy.html>>. Acesso em 27-7-2015.

GAITAN, Flavio A. & PINHO, Carlos. E. S. Atores estratégicos, capacidades estatais e desenvolvimento: a construção do pós-neoliberalismo na Argentina e no Brasil. In: Carlos Henrique Santana & Wagner Iglecias (orgs.). *Estado, burocracia e controle democrático*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, pp. 57-94, 2014.

GARRETT, Geoffrey. *Partisan politics in the global economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

- GIAMBIAGI, Fábio et al. *Economia brasileira contemporânea: 1945-2010*. 2.^a ed. São Paulo: Campus/Elsevier, 2011.
- GOUREVITCH, Peter. Keynesian politics: the political sources of economic policy choices. In: Peter Hall (ed.). *The political power of economic ideas: Keynesianism across nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- GOUREVITCH, Peter. *Politics in hard times: comparative responses to international economic crises*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.
- GRASSI, Amaro Silveira. O “Lulismo” sob a dependência: neodesenvolvimentismo, aliança de classes e inclusão social. Mestrado em Sociologia. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.
- HALL, Peter & SOSKICE, David. *Varieties of capitalism: the institutional foundations of comparative advantage*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HELD, David & MCGREW, Anthony. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
- HUBER, Evelyn & STEPHENS, John D. *Democracy and the left: social policy and inequality in Latin America*. Chicago: University of Chicago Press, 2012.
- HUBER, E. & STEPHENS, J. D. The Social Democratic Welfare State. In: A. Glyn (ed.). *Social democracy in neoliberal times: the left and economic policy since 1980*. Oxford University Press, 2003.
- IBGE/PNAD. *Pnad contínua: desocupação vai a 8,1% no trimestre encerrado em maio de 2015, 9-7-2015*. Disponível em <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/pt/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2935&busca=1&t=pnad-continua-desocupacao-vai-8-1-trimestre-encerrado-maio-2015>>. Acesso em 26-7-2015.
- IVERSEN, Torben. *Capitalism, democracy and welfare*. Cambridge University Press, 2005.
- KEOHANE, Robert & MILNER, H. *Internationalization and domestic politics*. Nova York: Cambridge University Press, 1996.
- KERSTENETZKY, Celia Lessa. *O Estado do Bem-Estar Social na idade da razão: a reinvenção do Estado social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

- KITSCHOLT, Herbert. *The transformation of European social democracy*. Nova York: Cambridge University Press, 1994.
- KOHLI, Atul. Nationalist versus dependent capitalist development: alternate pathways of Asia and Latin America in a globalized world. *Studies in Comparative International Development*, vol. 44, pp. 386-410, 2009.
- KOHLI, Atul. *State directed development: political power and industrialization in the global periphery*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- LEAL, Jana Martins. Nova classe média brasileira? Divergências ideológicas do debate intelectual. *Ponto de Vista: Perspectivas sobre o Desenvolvimento* (Neic-Iesp/Uerj), n.º 10, pp. 1-32, out. 2014. Disponível em <http://neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto_de_Vista_Jana_Martins_Leal_N10_Outubro_2014.pdf>. Acesso em 28-7-2015.
- LEFTWICH, Adrian. Beyond institutions: rethinking the role of leaders, elites and coalitions in the institutional formation of developmental states and strategies. In: *Forum for Development Studies*, vol. 37, n.º 1, pp. 93-111, mar. 2010.
- MORENO, Camila. *O Brasil Made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.
- NAUGHTON, Barry. *The Chinese economy: transitions and growth*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2007.
- NETO, Octávio A. & SANTOS, Fabiano. The political foundations of Brazil's social democratic experience (1985-2010). *Paper prepared for presentation at the XXXI International Congress of the Latin American Studies Association*, May 29-June 1, 2013, Washington DC, USA.
- NUNES, Edson. *A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- O GLOBO. *BC eleva taxa básica de juros para 14,25%*, 29-7-2015. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/economia/bc-eleva-taxa-basica-de-juros-para-1425-17010039>>. Acesso em 31-7-2015.
- O GLOBO. *A universidade não sobrevive com esses cortes, afirma Roberto Leher, novo reitor da UFRJ*, 6-7-2015. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/a-universidade-nao-sobrevive-com-esses-cortes-afirma-roberto-leher-novo-reitor-da-ufrj-16644855>>. Acesso em 1.º-8-2015.

- O GLOBO. *Governo anuncia corte de R\$ 69,9 bilhões no orçamento de 2015*, 22-5-2015. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/brasil/governo-anuncia-corte-de-699-bilhoes-no-orcamento-de-2015-16234657>>. Acesso em 10-8-2015.
- OREIRO, José Luis & ANDRADE, Cyro. A crise atual, o novo desenvolvimentismo e o “desenvolvimentismo inconsistente”. *Valor Econômico*, 16-6-2015.
- PALMA, José Gabriel. Was Brazil’s recent growth acceleration the world’s most overrated boom?. *Cambridge Working Papers on Economics* (CWPE), 1248, 2011. Disponível em <<http://www.econ.cam.ac.uk/dae/repec/cam/pdf/cwpe1248.pdf>>. Acesso em 17/07/2015.
- PINHO, Carlos E. S. Os “gargalos” do desenvolvimento no Brasil: o papel das instituições políticas, das elites estratégicas e das coalizões de governo na promoção da infraestrutura (2012-2014). Trabalho apresentado no VI Seminário Nacional de Sociologia & Política – Releituras Contemporâneas: o Brasil na Perspectiva das Ciências Sociais, 20 a 22 de maio, 2015. Curitiba. *Anais do VI Seminário Nacional de Sociologia & Política*, ISSN: 2175-6880. Disponível em <http://www.e-democracia.com.br/sociologia/anais_2015/pdf/AMZ6.pdf>. Acesso em 27-7-2015.
- PINHO, Carlos E. S. Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento: as relações Brasil-África na promoção de políticas públicas (2003-2012). *Observador on-line*, vol. 9, n.º 2, pp. 1-26, 2014a. Disponível em <http://www.opsa.com.br/images/pdf/observador/observador_v_9_n_02_2014.pdf>. Acesso em 29-7-2015.
- PINHO, Carlos E. S. O planejamento governamental para o desenvolvimento no Brasil: uma interlocução com a literatura. *Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos (Cesp/Iesp-Uerj)*, vol. 3, n.º 5, 2014b. Disponível em <<http://cadernos.iesp.uerj.br/index.php/CESP/article/view/115/107>>. Acesso em 29-7-2015.
- PINHO, C. E. S. Reflexões sobre o novo-desenvolvimentismo no Brasil e a crise financeira internacional à luz de Daniel Bensaïd, Larry Bartels e Albert Hirschman: para um corporativismo socialdemocrata globalizado. *Ponto de Vista: Perspectivas sobre o Desenvolvimento*, n.º 7, pp. 1-40, jul. 2013a. Disponível em <<http://neic.iesp.uerj.br/ponto-devista/pdf/Ponto%20de%20Vista%20N.7,%20julho%202013.pdf>>. Acesso em 29-7-2015.

- PINHO, Carlos E. S. Capacidades estatais, político-institucionais e o novo-desenvolvimentismo no Brasil: uma agenda em construção. *Observador On-line/ Opsi*, vol. 8, n.º 7, 2013b. Disponível em <http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/observador/observador_v_8_n_07_2013.pdf>. Acesso em 29-7-2015.
- PINHO, Carlos E. S. Cooperación Sur-Sur para el desarrollo: las relaciones Brasil-África en la promoción de las políticas públicas (2003-2012). *América Latina Hoy, Revista de Ciencias Sociales*, vol. 63, pp. 91-112, abr. 2013c. Disponível em <http://campus.usal.es/~revistas_trabajo/index.php/1130-2887/article/view/9066/10305>. Acesso em 29-7-2015.
- PINHO, Carlos. E. S. A criação do Novo Estado Desenvolvimentista no Brasil: relato de uma dissertação de mestrado. *Boletim Informativo da Alacip Jovem*, novembro-fevereiro, 5.ª ed., pp. 1-6, abr. 2013d. Disponível em <http://www.alacipjoven.org/wp-content/uploads/2013/04/Relato_Carlos-Pinho.pdf>. Acesso em 29-7-2015.
- PINHO, Carlos. E. S. O planejamento estratégico e social-democrata do Brasil para o desenvolvimento: alternativas políticas à crise financeira sistêmica do século XXI. *Debates Latinoamericanos*, ano 10, n.º 20, pp. 76-110, out. 2012a. Disponível em <<http://revista.rlcu.org.ar/numeros/10-20-Octubre-2012/documentos/Pinho.pdf>>. Acesso em 27-7-2015.
- PINHO, Carlos. E. S. O nacional-desenvolvimentismo e o novo-desenvolvimentismo no Brasil: expansão interna, externa e o discurso socialdemocrata. *Achegas.net: Revista de Ciência Política*, n.º 45, pp. 3-32, jan.-jul. 2012b. Disponível em <http://www.achegas.net/numero/45/carlos_eduardo_45.pdf>. Acesso em 29-7-2015.
- PINHO, Carlos. E. S. A governança de esquerda no cenário pós-neoliberal: o discurso (e a prática) em defesa de uma estratégia nacional de desenvolvimento diante da aquiescência às instituições representativas da democracia liberal e parlamentar. *Observador On-line, Opsi*, vol. 7, n.º 9, pp. 1-46, set. 2012c. Disponível em <http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/observador/observador_v_7_n_09_2012.pdf>. Acesso em 28-7-2015.
- PINHO, Carlos. E. S. O nacional-desenvolvimentismo e o novo-desenvolvimentismo no Brasil: trajetórias, similitudes e contrastes”. *Ponto de Vista: Perspectivas sobre o Desenvolvimento*, Neic-Iesp/Uerj, n.º 2,

- pp. 1-41, fev. 2011. Disponível em <<http://neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto%20de%20Vista%20N.%20,%20fevereiro%202011%20revisto.pdf>>. Acesso em 29-7-2015.
- PINHO, Carlos. E. S. & GRANJA, Lorena. O gigante regional no contexto mundial: Brasil e sua política neodesenvolvimentista. *Revista Debates Latinoamericanos*, ano 9, n.º 17, pp. 1-28, ago. 2011. Disponível em <[http://www.rlcu.org.ar/revista/numeros/09-17-Agosto 2011/documentos/Granja_y_Pinho.pdf](http://www.rlcu.org.ar/revista/numeros/09-17-Agosto%202011/documentos/Granja_y_Pinho.pdf)>. Acesso em 29-7-2015.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- REINERT, Erik. S. *How rich countries got rich. . . and why poor countries stay poor*. Nova York: Carroll & Graf Publishers, 2007.
- RODRIK, Dani. *The globalization paradox*. Nova York; Londres: W.W. Norton & Company, 2011.
- RODRIK, Dani. *Has globalization gone too far?* Washington, DC: Institute for International Economics, 1997.
- SANTISO, Javier. The confidence game: exit, voice, and loyalty in financial markets. In: *The political economy of emerging markets: actors, institutions and financial crises in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- SANTOS, Fabiano & ALMEIDA, Acir. Inequality and democratic consolidation: Redistributive policy and political instability in Latin America after the left turn, 2015. Paper prepared for presentation at the *VIII Congresso Latino Americano de Ciência Política*, Pontifícia Universidade Católica do Peru, Lima, 22-24 de julho (work in progress).
- SERRANO, Franklin & SUMMA, Ricardo. Aggregate demand and the slowdown of Brazilian economic growth in 2011-2014. *Center for Economic Policy Research*, CEPR Report, Washington, D. C. (forth coming), 2015. Disponível em <<https://franklinserrano.files.wordpress.com/2015/05/summa-serrano-aggregate-demand-and-the-growth-slowdown-brazil-2011-2014-draft-26-may-2015.pdf>>. Acesso em 17-7-2015.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SKOCPOL, Theda. Bringing the state back in strategies of analysis in current research. In: Peter Evans et al. (eds.). *Bringing the State back in*. Nova York: Cambridge University Press, 1985.

- SOUZA, Celina. Modernisation of the state and bureaucratic capacity-building in the Brazilian Federal Government. In: Jeni Vaitsman, José Mendes Ribeiro & Lenaura Lobato (eds.). *Policy analysis in Brazil*. Polity Press, 2013.
- STIGLITZ, Joseph E. *O mundo em queda livre: os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- TARZI, Shah M. Third world governments and multinational corporations: dynamics of host's bargaining power. In: Jeffrey A. Frieden, David A. Lake & J. Lawrence Broz (eds.). *International political economy: perspectives on global power and wealth*. Cornell University Press, pp. 169-79, 2010.
- VALOR ECONÔMICO. *Novo corte orçamentário atinge Saúde e Educação*, 30-7-2015.
- VALOR ECONÔMICO. *País corta 708 mil vagas e desemprego já chega a 8,1%*, 10-7-2015.
- VASILEVA, Alexandra. Continuity and change in Russian capitalism. In: Uwe Becker (ed.). *The Brics and emerging economies in comparative perspective: political economy, liberalisation and institutional change*. Londres: Routledge, 2014.
- WADE, Robert. *Governing the market: economic theory and the role of government in East Asian industrialization*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- WEAVER, R. K. & ROCKMAN, Bert A. "Assessing the effects of institutions" in "When and How Do Institutions Matter?". In: R. Kent Weaver & Bert A. Rockman (eds.). *Do institutions matter?* Washington, D.C.: The Brookings Institution, 1993.
- WEISS, Linda. *States in the global economy: bringing domestic institutions back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- WEYLAND, K.; MADRID, R. L. & HUNTER, W. (eds.). *Leftist governments in Latin America: successes and shortcomings*. Nova York: Cambridge University Press, 2010.